

EDITAL Nº 01/2023 – PROGRAD

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO

A Universidade Federal do Acre (Ufac), torna pública a realização de processo seletivo simplificado para formação de cadastro de reserva de professor substituto, para eventual contratação por tempo determinado, de acordo com as áreas discriminadas nos anexos I e II, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, Instrução Normativa nº 1, de 27 de agosto de 2019, Resolução Cepex nº 14, de 27 de dezembro de 1989, Resolução Cepex nº 09, de 22 de Junho de 2001, Resolução Consu nº 09, de 08 de fevereiro de 2013, Resolução Consu nº 39, de 09 de agosto de 2013, Resolução Reitoria nº 21, de 14 de novembro de 2013, Resolução Consu nº 03, de 23 de janeiro de 2014, Resolução Reitoria nº 04, de 07 de janeiro de 2016, Resolução Consu nº 02, de 02 de fevereiro de 2016, e posteriores alterações.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo reger-se-á pelas disposições contidas neste Edital e será supervisionado pela Pró-Reitoria de Graduação e executado pela Comissão Organizadora de Processo Seletivo designada pela Reitoria.

1.1.1. As fases de seleção serão conduzidas pelas bancas examinadoras indicadas pelos respectivos Centros.

1.2. A Universidade Federal do Acre selecionará candidatos para preenchimento do banco de cadastro de reserva para os campi de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, de acordo com os anexos I e II deste Edital.

1.2.1. As provas serão realizadas exclusivamente no Município de Rio Branco/AC para as áreas relacionadas no Anexo I, e no Município de Cruzeiro do Sul/AC para as áreas relacionadas no Anexo II, exceto para os casos em que o elemento de julgamento, excepcionalmente, seja aplicado de forma remota.

1.2.2. Todos os candidatos concorrerão de forma isonômica, não havendo prioridade ou distribuição das vagas por titulação, observado o disposto no Anexo V deste Edital (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos).

1.3. Fica a critério da Ufac o regime de trabalho 20h/40h, no qual o docente deverá ser contratado de acordo com a necessidade da Instituição, considerando a demanda de disciplinas por semestre.

1.4. O período de contrato será definido pela Ufac, de acordo com os motivos que deram origem à contratação do substituto, podendo ser prorrogado, desde que o prazo total não exceda a 2 (dois) anos.

1.5. Sem prejuízo do disposto no art. 12 da Lei nº 8.745, de 1993, no caso de cessação do objeto da autorização para a contratação temporária, os contratos firmados por meio deste Edital serão encerrados.

1.6. Os candidatos contratados por meio do presente processo seletivo desenvolverão atividades de ensino de graduação de acordo com a área para a qual foram aprovados.

1.6.1. **As atividades de ensino serão desenvolvidas por meio do ensino presencial**, ressalvada posterior deliberação do Conselho Universitário da Ufac que defina o desenvolvimento de atividades no formato remoto ou híbrido.

1.7. Este Cadastro de Reserva (CR) refere-se apenas ao preenchimento de vaga(s) para professor(es) substituto(s). Portanto, não se aplica e não será aproveitado para posterior contratação de professor(es) efetivo(s).

1.8. Será considerado o horário oficial do Acre para as indicações de tempo contidas neste Edital.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição no processo seletivo será realizada exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico <https://sistemas2.ufac.br/concurso_docente/>, **das 12h do dia 24 de janeiro às 23h59min do dia 02 de fevereiro de 2023**. O candidato efetuará o preenchimento do formulário de inscrição, devendo preencher os campos obrigatórios com os dados exigidos.

2.2. A efetivação da inscrição fica condicionada ao atendimento do disposto no item anterior, bem como ao pagamento da taxa de inscrição ou isenção da mesma, conforme o caso.

2.3. A taxa de inscrição é de 80,00 (oitenta reais).

2.4. O pagamento da taxa de inscrição será feito apenas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU Cobrança (Boleto Bancário), que será paga exclusivamente no Banco do Brasil, até o primeiro dia útil seguinte ao término das inscrições, observado o horário de expediente bancário.

2.5. Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos necessários para participação no processo seletivo, pois o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6. O não pagamento da taxa de inscrição até a data do vencimento implicará na eliminação do candidato do certame.

2.7. Não será aceito agendamento como comprovante de pagamento.

2.8. A Ufac não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.9. O candidato poderá realizar apenas 01 (uma) inscrição e para apenas 01 (uma) área de conhecimento.

2.10. Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada.

2.10.1. Havendo mais de uma inscrição paga de um mesmo candidato, prevalecerá a inscrição mais recente.

- 2.10.2. Caso haja mais de uma inscrição com solicitação de isenção para o mesmo candidato, será considerada, para fins de análise de isenção apenas a última inscrição realizada.
- 2.11. É vedada, em qualquer hipótese, a alteração da área de inscrição no processo seletivo.
- 2.12. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros processos seletivos/concursos ou mesmo para outra área objeto deste processo seletivo.
- 2.13. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade das informações fornecidas na inscrição, dispondo a Ufac do poder de indeferir a inscrição com preenchimento dos dados incorretos ou incompletos, bem como excluir do Processo Seletivo, a qualquer tempo, os candidatos cujos dados forem inverídicos.
- 2.14. Não será aceito pedido de inscrição condicional, extemporâneo, por via postal, via fax, via correio eletrônico, ou por qualquer meio diverso do previsto neste Edital.
- 2.15. Encerrado o período de inscrição, será realizada a análise para o deferimento das inscrições pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.
- 2.16. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo publicará, no dia **07 de fevereiro de 2023**, a relação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.
- 2.17. O candidato que tiver a inscrição indeferida poderá interpor recurso à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o qual será protocolado por meio de formulário eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item anterior, para, em igual prazo, reconsiderar a decisão ou encaminhar à Pró-Reitoria de Graduação para julgamento.
- 2.18. A Comissão Organizadora de Processo Seletivo publicará, no dia **09 de fevereiro de 2023**, o resultado final das inscrições deferidas e indeferidas no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

3. DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 3.1. Será concedida isenção total da taxa de inscrição ao candidato que, conforme o Decreto nº 6.593/08, preencher os seguintes critérios:
- a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007;
 - b) for membro de família de baixa renda, assim considerada aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos, conforme o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.
- 3.2. O pedido de isenção de que trata o item anterior deverá ser formulado pelo candidato no ato da inscrição **até às 23h59min do dia 27 de janeiro de 2023**, contendo:
- a) a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico;
 - b) declaração eletrônica de que atende à condição estabelecida na letra “b” do item 3.1 deste Edital.
- 3.3. A Ufac consultará o órgão gestor do CadÚnico para averiguar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que solicitar isenção nos termos do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008.
- 3.4. Será concedida isenção total da taxa de inscrição para o candidato doador de medula óssea com cadastro em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656/2018.

3.5. O pedido de isenção de que trata o item anterior deverá ser formulado pelo candidato no ato da inscrição **até às 23h59min do dia 27 de janeiro de 2023**, contendo o documento no formato PDF, com o número de inscrição no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) que comprove ser doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

3.6. A Ufac consultará o Redome para averiguar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.7. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

3.8. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção da taxa de inscrição estará sujeito a:

- a) cancelamento da inscrição e exclusão do Processo Seletivo, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;
- b) exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da convocação para assinatura do contrato;
- c) declaração de nulidade do ato de convocação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

3.9. Não será concedida isenção parcial da taxa de inscrição.

3.10. Será indeferido o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que:

- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) não comprovar possuir os requisitos exigidos para a concessão da isenção conforme estabelecido neste Edital;
- d) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste Edital.

3.11. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo publicará a relação preliminar dos candidatos que tiveram o pedido de isenção deferido ou indeferido, em edital específico, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, no dia **30 de janeiro de 2023**.

3.12. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição deferidos constarão automaticamente na lista de inscritos.

3.13. O candidato que tiver o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá interpor recurso por meio de formulário eletrônico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme disciplinado na publicação de que trata o item 3.12.

3.14. Após a análise dos recursos, a Comissão Organizadora do Processo Seletivo publicará o resultado final da solicitação de isenção no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, no dia **01 de fevereiro de 2023**.

3.15. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão efetuar nova inscrição, de acordo com o item 2.1 deste Edital, e realizar o pagamento da taxa de inscrição.

4. DA RESERVA DE VAGAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Serão reservadas 5% (cinco por cento) do total de vagas que vierem a surgir durante a vigência do Processo Seletivo, para provimento por pessoas com deficiência, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

- 4.1.1. Se da aplicação do percentual do item 4.1 resultar número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
- 4.2. Serão consideradas pessoas com deficiência os candidatos enquadrados na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas respectivas alterações.
- 4.3. Ressalvadas as disposições previstas na legislação vigente, a pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que diz respeito:
- ao conteúdo das provas;
 - à avaliação e aos critérios de aprovação;
 - ao horário e local de aplicação das provas; e
 - à nota mínima exigida para os demais candidatos.
- 4.4. O candidato que desejar concorrer às vagas para pessoas com deficiência deverá, no ato de inscrição, informar sua condição e enviar, em espaço próprio e em formato PDF, laudo médico emitido nos últimos 60 (sessenta) dias.
- 4.5. O laudo de que trata o item anterior deverá obedecer aos seguintes quesitos:
- ser redigido em letra legível;
 - conter nome completo e número do documento oficial de identidade (identificação) do candidato;
 - atestar a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID);
 - conter a assinatura e carimbo indicando o nome e número do Registro no CRM do médico responsável pela emissão do laudo.
- 4.6. É de responsabilidade do candidato a veracidade dos documentos anexados, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.
- 4.7. A inobservância do disposto nos itens 4.4 e 4.5 acarretará a perda do direito às vagas reservadas às pessoas com deficiência, valendo a sua inscrição para as demais vagas.
- 4.8. Se aprovado e convocado para provimento de vaga, o candidato com deficiência deverá submeter-se à perícia médica promovida por Junta Médica da Ufac, antes da assinatura do contrato, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência informada o habilita às vagas reservadas para candidatos em tais condições.
- 4.9. O candidato apresentar-se-á para a inspeção médica constante do item 4.8, às suas expensas, munido de laudo médico (original) nos termos do item 4.5 e de exames complementares comprobatórios da deficiência exigidos na convocação.
- 4.10. O candidato que não for considerado pessoa com deficiência por junta médica da Ufac passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota de classificação para tanto.
- 4.11. O candidato, cuja deficiência for julgada pelo órgão competente da Ufac como incompatível com o exercício das atividades da função para a qual concorre será excluído do Processo Seletivo e considerado desclassificado, para todos os efeitos.

4.12. O não comparecimento à convocação supramencionada acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.13. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no processo seletivo ou por inaptidão na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação da área.

5. DO REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

5.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá requerê-lo por ocasião da inscrição eletrônica, indicando os recursos especiais necessários ao seu atendimento, devendo anexar, em espaço próprio e em formato PDF, laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses que justifique o atendimento especial solicitado.

5.2. Não serão deferidos pedidos de atendimento especial para a realização das provas após o período de inscrição.

5.3. Candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização da(s) prova(s) deverá solicitar atendimento especial, anexando, em espaço próprio e em formato PDF, a certidão de nascimento da criança, e levar, no(s) dia(s) de prova, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda do lactente.

5.3.1. No caso da criança não ter nascido quando da realização da inscrição eletrônica, a certidão de nascimento poderá ser substituída por atestado emitido por médico obstetra que indique a data provável do nascimento.

5.3.2. A candidata com criança que não levar acompanhante adulto não terá acesso ao(s) local(is) de realização da(s) prova(s).

5.3.3. O tempo gasto na amamentação pela lactante poderá ser compensado até o limite de uma hora.

5.4. A Ufac não disponibilizará acompanhante para guarda de crianças.

5.5. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, por ocasião da publicação do edital preliminar de inscrições deferidas e indeferidas.

5.6. O candidato que tiver o pedido de atendimento especial indeferido poderá interpor recurso por meio de formulário eletrônico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme disciplinado na publicação de que trata o item anterior.

5.7. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.8. É de responsabilidade do candidato a veracidade dos documentos anexados, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

5.9. Após a análise, a Ufac divulgará, em edital específico, o resultado dos recursos dos candidatos de que trata o item 5.6 deste Edital.

6. DA SELEÇÃO

6.1. Das Disposições Gerais da Seleção

6.1.1. As avaliações ocorrerão no período de **13 a 28 de fevereiro 2023**, no município de localização do respectivo Centro, preferencialmente no formato presencial.

6.1.2. Os elementos de julgamento serão definidos pela Banca Examinadora e aprovados pela Assembleia de Centro, podendo ser aplicados, além da Prova de Títulos, de caráter classificatório, dois dos critérios abaixo citados (Resolução nº 09/2001 – CEPEX), de caráter eliminatório e classificatório:

- 6.1.2.1. Prova escrita: até 10,0 (dez) pontos;
- 6.1.2.2. Prova prática: até 10,0 (dez) pontos;
- 6.1.2.3. Prova didática: até 10,0 (dez) pontos;
- 6.1.2.4. Seminário: até 10,0 (dez) pontos;
- 6.1.2.5. Entrevista: até 10,0 (dez) pontos.

6.2. Das Fases de Seleção

6.2.1. As fases de seleção das áreas ofertadas neste Edital serão independentes e autônomas entre si, podendo ter curso próprio em casos excepcionais.

6.2.2. Caberá à Assembleia de Centro definir a quantidade de fases que a respectiva área terá, considerando os elementos de julgamento e a quantidade de candidatos, devendo optar por um dos formatos abaixo:

a) Seleção em duas fases:

- i) primeira fase - conterá 01 (um) dos elementos de julgamento elencados nos subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5;
- ii) segunda fase - conterá 01 (um) dos elementos de julgamento elencados nos subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5 e a prova de títulos, excetuando-se o elemento de julgamento avaliado na primeira fase.

b) Seleção em fase única:

- i) fase única – conterá 02 (dois) elementos de julgamento elencados nos subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5 e a prova de títulos.

6.2.3. As áreas em que a seleção for realizada em fase única poderão realizar as 02 (duas) avaliações dos elementos de julgamento elencados nos subitens 6.1.2.2 a 6.1.2.5 na mesma data, devendo ser observado o intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos entre cada elemento de julgamento.

6.2.3.1. O candidato poderá declinar do intervalo mínimo que trata o item 6.2.3, não podendo alegar prejuízo em função do declínio.

6.2.4. As Bancas Examinadoras definirão o Cronograma de Atividades da Área, no qual constarão os elementos de julgamento definidos para a área, conforme o item 6.1.2, além de indicar formato de seleção, as datas, os horários e os locais para realização das fases do Processo Seletivo.

6.2.4.1. Os Cronogramas de Atividades serão publicados pela Comissão Organizadora, no dia **10 de fevereiro de 2023**, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

6.2.4.2. As atividades do processo seletivo poderão ocorrer em quaisquer dias, exceto aos sábados, no período das 06h às 23h.

6.2.5. Os conteúdos programáticos para a prova escrita, prova prática, prova didática, seminário e entrevista constam no Anexo III deste Edital.

6.2.5.1. A prova escrita, prova prática, prova didática, seminário e entrevista são realizadas em língua portuguesa, exceto para a(s) área(s) a seguir:

a) Língua Estrangeira Moderna: Língua Francesa (código 23), cujas avaliações poderão ocorrer em língua portuguesa e/ou língua francesa, conforme definido pela Banca Examinadora no Cronograma de Atividades de que trata o item 6.2.4 deste Edital.

b) Linguística Aplicada à Língua Brasileira de Sinais (código 24), cujas avaliações poderão ocorrer em língua portuguesa e/ou Libras, conforme definido pela Banca Examinadora no Cronograma de Atividades de que trata o item 6.2.4 deste Edital.

6.2.6. Caso a Banca Examinadora opte pela realização de prova prática, seminário ou entrevista, deverá divulgar, juntamente com as informações referidas no item 6.2.4, os critérios de seleção e demais informações necessárias para a realização das avaliações, inclusive se as mesmas serão realizadas de forma presencial ou remota.

6.3. Da seleção realizada em 02 (duas) fases

6.3.1. Nas áreas que tiverem 02 (duas) fases de seleção, a primeira fase será realizada por todos os candidatos que tiveram as inscrições deferidas, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Atividades da respectiva área.

6.3.2. A Comissão Organizadora publicará o resultado preliminar da primeira fase da seleção, conforme definido no Cronograma de Atividades de cada área, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

6.3.3. Por ocasião da publicação do resultado preliminar da primeira fase, o candidato poderá requerer cópia das documentações referentes à sua avaliação, na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.3.3.1. A cópia da documentação requerida será enviada pela Banca Examinadora, ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, antes do início do período de recurso.

6.3.3.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/ 2011.

6.3.4. O recurso deverá ser protocolado por meio de formulário ou correio eletrônico, conforme definido no Cronograma de Atividades da Área e julgado pela Banca Examinadora.

6.3.4.1. O candidato terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a interposição de recurso, a ser enviado na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.3.5. O candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos no elemento de julgamento, conforme os subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5, para aprovação na primeira fase.

6.3.6. Os candidatos ausentes e os não aprovados nos termos do item anterior serão eliminados na primeira fase do processo seletivo.

6.3.6.1. A eliminação do candidato ocorrerá com a publicação do resultado da fase.

6.3.7. A segunda fase será realizada exclusivamente pelos candidatos não eliminados na primeira fase e ocorrerá na data, horário e local estabelecidos no cronograma de que trata o item 6.2.4.

6.3.8. O candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos no elemento de julgamento eliminatório, conforme os subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5, para aprovação na segunda fase.

6.3.9. Os candidatos ausentes e os não aprovados nos termos do item anterior serão eliminados na segunda fase do processo seletivo.

6.3.9.1. A eliminação do candidato ocorrerá com a publicação do resultado da fase.

6.3.10. As condições para a realização da prova de títulos constam no item 13 deste Edital.

6.3.11. A Comissão Organizadora publicará o resultado preliminar da segunda fase da seleção, bem como a classificação dos candidatos, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, na data prevista no cronograma de cada área.

6.3.12. Os resultados preliminares serão publicados no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, na data prevista no cronograma de cada área.

6.3.13. Por ocasião da publicação do resultado preliminar da segunda fase, o candidato poderá requerer cópia das documentações referentes à sua avaliação, na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.3.13.1. A cópia da documentação requerida será enviada pela Banca Examinadora, ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, antes do início do período de recurso.

6.3.13.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/ 2011.

6.3.14. O recurso deverá ser protocolado por meio de formulário ou correio eletrônico, conforme definido no Cronograma de Atividades da Área e julgado pela Banca Examinadora.

6.3.15. O candidato terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a interposição de recurso, a ser enviado na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.3.16. O candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos no elemento de julgamento, conforme os subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5, para aprovação na segunda fase.

6.3.17. Serão eliminados na segunda fase do processo seletivo os candidatos ausentes e os não aprovados nos termos do item anterior.

6.3.17.1. A eliminação do candidato ocorrerá com a publicação do resultado final da fase.

6.3.18. O cálculo da nota final e o resultado final do processo seletivo constam nos itens 14 e 15 deste Edital.

6.4. Da seleção realizada em fase única

6.4.1. Nas áreas que tiverem fase única de seleção, todos os candidatos com inscrições deferidas, participarão de todos os elementos de julgamento da área, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Atividades, exceto o candidato que não tenha comparecido a avaliação anterior.

6.4.2. A Comissão Organizadora publicará o resultado preliminar de todos os elementos de julgamento em resultado único, conforme definido no Cronograma de Atividades de cada área, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

6.4.3. Por ocasião da publicação do preliminar, o candidato poderá requerer cópia das documentações referentes à sua avaliação, na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.4.3.1. A cópia da documentação requerida será enviada pela Banca Examinadora, ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, antes do início do período de recurso.

6.4.3.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/ 2011.

6.4.4. O recurso deverá ser protocolado por meio de formulário ou correio eletrônico, conforme definido no Cronograma de Atividades da Área e julgado pela Banca Examinadora.

6.4.5. O candidato terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a interposição de recurso, a ser enviado na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

6.4.6. O candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos nos elementos de julgamento, conforme os subitens 6.1.2.1 a 6.1.2.5, para aprovação.

6.4.7. Os candidatos ausentes e os não aprovados nos termos do item anterior serão eliminados do processo seletivo.

6.4.7.1. A eliminação do candidato ocorrerá com a publicação do resultado, de forma que os candidatos poderão participar de todos os elementos de julgamento, exceto o candidato que não tenha comparecido a uma das avaliações anteriores.

6.4.8. O cálculo da nota final e o resultado final do processo seletivo constam nos itens 14 e 15 deste Edital.

7. DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO PARA EVITAR A TRANSMISSÃO DO CORONAVÍRUS

7.1. Por ocasião da realização das avaliações, e considerando a prevenção da transmissão do Coronavírus, recomenda-se o uso de máscara ao candidato que estiver apresentando sintomas gripais.

7.1.1. Caso o candidato leve água para o seu próprio consumo, a embalagem deverá ser obrigatoriamente transparente.

7.1.2. O candidato que tiver a necessidade de se alimentar durante as provas deverá levar o alimento obrigatoriamente em embalagem transparente.

7.1.3. Recomenda-se que cada candidato porte um frasco de álcool em gel próprio para uso individual, o qual não poderá ser compartilhado entre os candidatos.

7.1.4. A Ufac poderá estabelecer outras medidas protetivas conforme deliberado pelo Comitê de Prevenção e Contenção da COVID-19 da Ufac, as quais serão publicadas no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1. A prova escrita consistirá em questão(ões) de conhecimentos e habilidades elaborada(s) pelas Bancas Examinadoras, de acordo com o conteúdo programático da área de inscrição que consta no Anexo III.

8.2. Caso a Banca Examinadora opte pela prova escrita, a mesma será realizada simultaneamente por todos os candidatos da área, e será aplicada por membro(s) da Banca Examinadora correspondente, no horário estabelecido no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

8.3. Em nenhuma hipótese o candidato poderá prestar prova fora da data, horário e local predeterminados.

8.4. O candidato deverá comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início, munido de documento de identidade original, de acordo com o item 18.5 deste Edital.

8.5. O candidato deverá assinar a lista de presença, sendo ele próprio o responsável pela conferência de seus dados pessoais.

8.6. Não será permitido, em nenhuma hipótese, o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao processo seletivo no estabelecimento de aplicação da prova.

8.7. A prova escrita terá duração de 4 (quatro) horas.

8.8. Não serão permitidas consultas e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, durante a realização da prova escrita, exceto aquelas indicadas pela Banca Examinadora no Cronograma de Atividades.

8.9. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.

8.9.1. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.

8.10. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

8.11. A prova escrita será feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.

8.11.1. Somente na hipótese de deferimento de atendimento especial será permitido o preenchimento da prova escrita por pessoa designada pela Banca Examinadora. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio e vídeo.

8.12. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua prova escrita, sob pena de impossibilitar a leitura por parte dos membros da Banca Examinadora.

8.13. As anotações que estiverem em desconformidade com este Edital ou com as instruções da prova escrita serão consideradas indevidas e não serão consideradas para efeito de correção. Serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da prova escrita.

8.14. O caderno de prova constitui o único documento válido para a correção da prova escrita e em hipótese alguma haverá a sua substituição por erro do candidato.

8.15. Após o término de sua prova, o candidato deverá fazer a devolução do caderno de prova, na íntegra, ao membro da banca examinadora.

8.16. Não haverá segunda chamada para as provas.

8.17. A nota final do candidato na prova escrita será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

9. DA PROVA DIDÁTICA

9.1. A prova didática consiste em exposição oral sobre um dos 10 (dez) temas extraídos do conteúdo programático da área (Anexo III).

9.2. Caso a Banca Examinadora opte pela prova didática, o tema da exposição oral será sorteado, por membro da mesma, no local e horário definido no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4 ou na convocação para a prova didática, conforme o caso.

9.2.1. O sorteio do tema da prova didática ocorrerá preferencialmente de forma presencial. Contudo, a banca examinadora pode definir a realização do sorteio de forma remota, nesse caso, as instruções para o candidato participar do sorteio constará no Cronograma de Atividades.

9.2.2. Caso o candidato não esteja presente no horário de realização do sorteio, a Banca Examinadora realizará o sorteio e enviará o tema sorteado ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição.

9.2.3. A ausência do candidato não prejudica a contagem do tempo para a realização da prova didática que iniciará a partir do sorteio.

9.3. A prova didática ocorrerá 24 (vinte e quatro) horas após a realização do sorteio do tema.

9.4. O local de realização da prova didática será divulgado no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

9.5. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados na prova didática.

9.6. Para a realização da prova didática o candidato poderá fazer uso, se assim quiser, de sala de aula e recursos existentes no respectivo Centro, tais como projetor de slides, Datashow, pincel para quadro branco, giz etc., desde que esteja disponível no respectivo Centro e seja requisitado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através do e-mail: <concurso.docente@ufac.br>.

9.6.1. A sala em que será realizada a prova didática no formato presencial será definida pela Banca Examinadora em conjunto com o respectivo Centro.

9.7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova didática, munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 18.5, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para a realização da prova, devendo aguardar seu início.

9.7.1. Não será permitida a entrada ou permanência no local de provas de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus estabelecidas no item 7 deste Edital.

9.7.2. A ausência ou o atraso do candidato na prova didática implicará a sua eliminação do Processo Seletivo.

9.8. A prova didática será realizada preferencialmente de forma presencial. Contudo, caso a banca examinadora opte pela realização da entrevista da forma remota, deverá seguir o estabelecido abaixo:

9.8.1. Antes do início da prova didática o candidato deverá fazer a sua identificação por meio da apresentação de documento oficial de identidade (original), nos termos do item 18.5. Por ocasião da apresentação do candidato a Banca Examinadora poderá fazer uso das informações fornecidas pelo candidato no ato da inscrição.

9.8.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato a transmissão da sua exposição oral. A Ufac não se responsabilizará por problemas de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento das

linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados a partir do computador ou aparelho de comunicação do candidato.

9.8.3. Para participar da prova didática o candidato deverá utilizar o aplicativo de videoconferência e/ou endereço eletrônico fornecidos pela Banca Examinadora, na data e horário estipulados e seguir as instruções publicadas no Cronograma de Atividades da Área.

9.8.4. Em nenhuma hipótese será permitida a realização da prova didática em local ou horário diferente do designado pela Banca Examinadora.

9.8.5. O formato de realização da prova didática definido pela Banca Examinadora deverá ser aplicado a todos os candidatos, não podendo ser realizada partes das avaliações à distância e parte presencial.

9.8.6. Na prova didática realizada no formato remoto a Banca Examinadora definirá a forma e a data limite para envio do plano de aula, as quais constarão no Cronograma de Atividades da Área.

9.8.7. A exposição oral do candidato deverá possuir vídeo e áudio de forma contínua, devendo o candidato permanecer na frente da câmera durante toda a prova didática, sendo vedada a interrupção do vídeo ou do áudio por meio do desligamento da câmera ou do microfone, sob pena de eliminação do candidato.

9.8.8. Para fins de contagem do tempo da prova didática, não serão contabilizados os períodos em que ocorrerem falhas na transmissão da apresentação oral do candidato, exceto nos casos em que a interrupção da apresentação não for superior a 01 (um) minuto.

9.8.9. Não será dado tempo excedente aos candidatos cuja apresentação tenha falha na transmissão de dados, devendo ser observada duração mínima e máxima prevista no item 9.10 sob pena de eliminação do candidato.

9.8.10. As eventuais falhas de transmissão de dados do candidato não serão objeto de eliminação do certame, exceto se em virtude das mesmas o candidato não atingido o tempo mínimo ou ultrapassar o tempo máximo.

9.8.11. Não será permitido o acesso de terceiros ao ambiente virtual no qual ocorrerá a prova didática realizada no formato remoto.

9.8.12. Todos os membros da Banca Examinadora deverão estar presentes na realização da prova didática. Havendo falha momentânea na transmissão de dados de algum membro da Banca Examinadora, este poderá utilizar a gravação da prova didática para subsidiar a sua avaliação.

9.9. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não entregar à banca examinadora, antes do início de sua exposição, o seu Plano de Aula em 04 (quatro) vias.

9.9.1. Na hipótese de realização da Prova Didática por meio remoto a Banca Examinadora definirá no Cronograma de Atividades o formato de envio do Plano de Aula.

9.10. A exposição oral do tema terá duração mínima de 40 (quarenta) e máxima de 60 (sessenta) minutos.

9.10.1. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não atingir o tempo mínimo ou que ultrapassar o tempo máximo destinado à exposição oral.

9.11. Após a exposição do tema, o candidato poderá ser arguido pelos membros da Banca Examinadora, com tempo máximo de 10 (dez) minutos para cada examinador, sendo concedido igual tempo ao candidato para resposta.

9.12. Na prova didática a Banca Examinadora tem em vista, fundamentalmente, avaliar no candidato, dentre outros elementos:

- a) O domínio teórico do tema sorteado;
- b) A capacidade de organizar as ideias sobre o tema sorteado e ministrá-lo com objetividade;
- c) A coerência entre o plano de aula apresentado e o desenvolvimento da aula;
- d) A utilização adequada dos recursos didáticos pelo candidato.

9.13. Para efeito de aferição da prova didática, a Banca Examinadora terá como referência os elementos e definições contidos no Anexo IV deste Edital.

9.14. Na prova didática realizada no formato presencial, será vedado ao candidato participar como observador ou ouvinte da prova didática de outros candidatos, bem como utilizar qualquer meio eletrônico ou digital para registrar a aula do concorrente.

9.15. A prova didática será gravada, independente da mesma ocorrer na forma presencial ou remota, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº. 9.739/2019.

9.16. O formato de prova didática escolhido pela banca examinadora ser realizada obrigatoriamente todos os membros da Banca Examinadora e candidatos.

9.17. A nota do candidato na prova didática será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

10. DA PROVA PRÁTICA

10.1. Caso a Banca Examinadora opte pela prova prática, esta será realizada pelos candidatos inscritos aptos, na data, horário e local estabelecidos no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

10.2. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados na prova prática.

10.3. Para a realização da prova prática o candidato poderá fazer uso, se assim quiser, de sala de aula e recursos existentes na Ufac, tais como projetor de slides, Datashow, pincel para quadro branco, giz etc., desde que esteja disponível no respectivo Centro e seja requisitado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através do e-mail: <concurso.docente@ufac.br>.

10.3.1. A sala em que será realizada a prova didática no formato presencial será definida pela Banca Examinadora em conjunto com o respectivo Centro.

10.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova prática, munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 18.5, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para a realização da prova, devendo aguardar seu início o início da mesma.

10.5. Não será permitida a entrada ou permanência no local de provas de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus estabelecidas no item 7 deste Edital.

10.6. A ausência ou o atraso do candidato na prova prática implicará a sua eliminação do Processo Seletivo.

10.7. A prova prática será realizada preferencialmente de forma presencial. Contudo, caso a banca examinadora opte pela realização da entrevista da forma remota, deverá seguir o estabelecido abaixo:

10.7.1. Antes do início da prova prática o candidato deverá fazer a sua identificação por meio da apresentação de documento oficial de identidade (original), nos termos do item 18.5. Por ocasião da apresentação do candidato a Banca Examinadora poderá fazer uso das informações fornecidas pelo candidato no ato da inscrição.

10.7.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato a sua transmissão para a realização da prova prática por meio remoto. A Ufac não se responsabilizará por problemas de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados a partir do computador ou aparelho de comunicação do candidato.

10.7.3. Para participar da prova prática o candidato deverá utilizar o aplicativo de videoconferência e/ou endereço eletrônico fornecidos pela Banca Examinadora, na data e horário estipulados e seguir as instruções publicadas no Cronograma de Atividades da Área.

10.7.4. Em nenhuma hipótese será permitida a realização da prova prática em local diferente do designado pela Banca Examinadora.

10.7.5. Não será permitido o acesso de terceiros ao ambiente virtual no qual ocorrerá a prova prática realizado no formato remoto.

10.7.6. Todos os membros da Banca Examinadora deverão estar presentes na prova prática. Havendo falha momentânea na transmissão de dados de algum membro da Banca Examinadora, este poderá utilizar a gravação para subsidiar a sua avaliação.

10.7.7. O formato de realização da prova prática definido pela Banca Examinadora deverá ser aplicado a todos os candidatos, não podendo ser realizada partes das avaliações à distância e parte presencial.

10.7.8. Na realização da prova prática de forma remota a transmissão do candidato deverá possuir vídeo e áudio de forma contínua, devendo o candidato permanecer na frente da câmera durante toda a prova prática, sendo vedada a interrupção do vídeo ou do áudio por meio do desligamento da câmera ou do microfone, sob pena de eliminação do candidato.

10.7.9. Para fins de contagem do tempo da prova prática, não serão contabilizados os períodos em que ocorrerem falhas na transmissão do candidato, exceto nos casos em que a interrupção da transmissão não for superior a 01 (um) minuto.

10.7.10. Não será dado tempo excedente aos candidatos cuja prova prática tenha ocorrido falha na transmissão de dados, devendo ser observada duração mínima e máxima estabelecida pela Banca Examinadora no Cronograma de Atividades.

10.7.11. As eventuais falhas de transmissão de dados do candidato não serão objeto de eliminação do certame, exceto se em virtude das mesmas o candidato não atingido o tempo mínimo ou ultrapassar o tempo máximo estipulados no Cronograma de Atividades.

10.8. A Banca Examinadora definirá se a prova prática será realizada por meio de sorteio de temas ou em tema único a ser publicado no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

10.9. Caso a Banca Examinadora opte pelo sorteio de temas, ele ocorrerá preferencialmente de forma presencial. Contudo, a banca examinadora pode definir a realização do sorteio de forma remota, nesse caso, as instruções para o candidato participar do sorteio constará no Cronograma de Atividades.

10.9.1. Caso o candidato não esteja presente no horário de realização do sorteio, a Banca Examinadora realizará o sorteio e enviará o tema sorteado ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição.

10.9.2. A ausência do candidato não prejudica a contagem do tempo para a prova prática.

10.10. Os critérios de seleção, tempo de duração e demais informações necessárias para a realização da prova prática serão publicadas juntamente com o cronograma de atividades da respectiva área.

10.11. A prova prática será gravada, independente da mesma ocorrer na forma presencial ou remota, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº. 9.739/2019.

10.12. O formato de prova prática escolhido pela banca examinadora ser realizada obrigatoriamente todos os membros da Banca Examinadora e candidatos.

10.13. A nota do candidato será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

11. DA ENTREVISTA

11.1. Caso a Banca Examinadora opte pela entrevista, a mesma será realizada pelos candidatos inscritos aptos, na data, horário e local estabelecidos no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

11.2. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados na entrevista, quando previstos no Cronograma de Atividades da Área.

11.3. A sala em que será realizada a entrevista no formato presencial será definida pela Banca Examinadora em conjunto com o respectivo Centro.

11.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da entrevista, munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 18.5, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para a realização da entrevista e deverá aguardar o início dela.

11.5. Não será permitida a entrada ou permanência no local da entrevista de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus estabelecidas no item 7 deste Edital.

11.6. A ausência ou o atraso do candidato na entrevista implicará a sua eliminação do Processo Seletivo.

11.7. A entrevista será realizada preferencialmente de forma presencial. Contudo, caso a banca examinadora opte pela realização da entrevista da forma remota, deverá seguir o estabelecido abaixo:

11.7.1. Antes do início da entrevista o candidato deverá fazer a sua identificação por meio da apresentação de documento oficial de identidade (original), nos termos do item 18.5. Por ocasião da apresentação do candidato a Banca Examinadora poderá fazer uso das informações fornecidas pelo candidato no ato da inscrição.

11.7.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato a sua transmissão para a realização da entrevista por meio remoto. A Ufac não se responsabilizará por problemas de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados a partir do computador ou aparelho de comunicação do candidato.

11.7.3. Para participar da entrevista o candidato deverá utilizar o aplicativo de videoconferência e/ou endereço eletrônico fornecidos pela Banca Examinadora, na data e horário estipulados e seguir as instruções publicadas no Cronograma de Atividades da Área.

11.7.4. Em nenhuma hipótese será permitida a realização da entrevista em local diferente do designado pela Banca Examinadora.

11.7.5. Não será permitido o acesso de terceiros ao ambiente virtual no qual ocorrerá a entrevista.

11.7.6. Todos os membros da Banca Examinadora deverão estar presentes na entrevista. Havendo falha momentânea na transmissão de dados de algum membro da Banca Examinadora, o mesmo poderá utilizar a gravação para subsidiar a sua avaliação.

11.7.7. O formato de realização da entrevista definido pela Banca Examinadora deverá ser aplicado a todos os candidatos, não podendo ser realizada partes das avaliações por meio remoto e parte presencial.

11.7.8. Na realização da entrevista de forma remota a transmissão do candidato deverá possuir vídeo e áudio de forma contínua, devendo o candidato permanecer na frente da câmera durante toda a entrevista, sendo vedada a interrupção do vídeo ou do áudio por meio do desligamento da câmera ou do microfone, sob pena de eliminação do candidato.

11.7.9. Para fins de contagem do tempo da entrevista, não serão contabilizados os períodos em que ocorrerem falhas na transmissão do candidato, exceto nos casos em que a interrupção da transmissão não for superior a 01 (um) minuto.

11.7.10. As eventuais falhas de transmissão de dados do candidato não serão objeto de eliminação do certame, contudo é de exclusiva responsabilidade do candidato os eventuais prejuízos advindos da impossibilidade de realização da entrevista na íntegra em função de falhas de transmissão de dados do candidato.

11.7.11. Não será dado tempo excedente aos candidatos cuja entrevista tenha ocorrido falha na transmissão de dados, devendo ser observada duração mínima e máxima estabelecida pela Banca Examinadora no Cronograma de Atividades.

11.8. Os critérios de seleção, tempo de duração e informações necessárias para a realização da entrevista serão publicados juntamente com o Cronograma de Atividades da Área.

11.9. A entrevista será gravada, independente da mesma ocorrer na forma presencial ou remota, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº. 9.739/2019.

11.10. O formato de entrevista escolhido pela banca examinadora ser realizada obrigatoriamente todos os membros da Banca Examinadora e candidatos.

11.11. A nota do candidato será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

12. DO SEMINÁRIO

12.1. Caso a Banca Examinadora opte pelo seminário, ele será realizado pelos candidatos inscritos aptos, na data, horário e local estabelecidos no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

12.2. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados no seminário.

12.3. Para a realização do seminário o candidato poderá fazer uso, se assim quiser, de sala de aula e recursos existentes na Ufac, tais como projetor de slides, Datashow, pincel para quadro branco, giz etc., desde que

esteja disponível no respectivo Centro e seja requisitado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através do e-mail: <concurso.docente@ufac.br>.

12.3.1. A sala em que será realizado o seminário no formato presencial será definida pela Banca Examinadora em conjunto com o respectivo Centro.

12.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização do seminário, munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 18.5, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para a realização do seminário e deverá aguardar o início dele.

12.5. Não será permitida a entrada ou permanência no local de realização do seminário de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus estabelecidas no item 7 deste Edital.

12.6. A ausência ou o atraso do candidato no seminário implicará a sua eliminação do Processo Seletivo.

12.7. O seminário será realizado preferencialmente de forma presencial. Contudo, caso a banca examinadora opte pela realização da entrevista da forma remota, deverá seguir o estabelecido abaixo:

12.7.1. Antes do início do seminário o candidato deverá fazer a sua identificação por meio da apresentação de documento oficial de identidade (original), nos termos do item 18.5. Por ocasião da apresentação do candidato a Banca Examinadora poderá utilizar as informações do candidato fornecidas no ato da inscrição.

12.7.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato a sua transmissão para a realização do seminário por meio remoto. A Ufac não se responsabilizará por problemas de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados a partir do computador ou aparelho de comunicação do candidato.

12.7.3. Para participar do seminário o candidato deverá utilizar o aplicativo de videoconferência e/ou endereço eletrônico fornecidos pela Banca Examinadora, na data e horário estipulados e seguir as instruções publicadas no Cronograma de Atividades da Área.

12.7.4. Em nenhuma hipótese será permitida a realização do seminário em local diferente do designado pela Banca Examinadora.

12.7.5. Não será permitido o acesso de terceiros ao ambiente virtual no qual ocorrerá o seminário realizado no formato remoto.

12.7.6. Todos os membros da Banca Examinadora deverão estar presentes no seminário. Havendo falha momentânea na transmissão de dados de algum membro da Banca Examinadora, o mesmo poderá utilizar a gravação para subsidiar a sua avaliação.

12.8. O formato de realização do seminário definido pela Banca Examinadora deverá ser aplicado a todos os candidatos, não podendo ser realizada partes das avaliações à distância e parte presencial.

12.9. A Banca Examinadora definirá se o seminário será realizado por meio de sorteio de temas ou em tema único a ser publicado no Cronograma de Atividades da Área mencionado no item 6.2.4.

12.10. Caso a Banca Examinadora opte pelo sorteio de temas, ele ocorrerá preferencialmente de forma presencial. Contudo, a banca examinadora pode definir a realização do sorteio de forma remota, nesse caso, as instruções para o candidato participar do sorteio constará no Cronograma de Atividades.

- 12.10.1. Caso o candidato não esteja presente no horário de realização do sorteio, a Banca Examinadora realizará o sorteio e enviará o tema sorteado ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição.
- 12.10.2. A ausência do candidato não prejudica a contagem do tempo para o seminário.
- 12.11. O seminário poderá ser realizado de forma síncrona ou assíncrona, conforme definido pela Banca Examinadora.
- 12.12. Caso o seminário seja realizado de forma assíncrona, a Banca Examinadora definirá a forma de recebimento dos vídeos, ficando o candidato responsável pela disponibilidade do mesmo durante todo o período de avaliação.
- 12.12.1. O arquivo contendo o seminário do candidato não poderá ter cortes, devendo possuir vídeo e áudio de forma contínua e o candidato deverá permanecer na frente da câmera durante toda a gravação, sendo vedada a interrupção do vídeo ou do áudio por meio do desligamento da câmera ou do microfone, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.
- 12.13. Na realização do seminário de forma síncrona, a exposição oral do candidato deverá possuir vídeo e áudio de forma contínua e o candidato deverá permanecer na frente da câmera durante todo o seminário, sendo vedada a interrupção do vídeo ou do áudio por meio do desligamento da câmera ou do microfone, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.
- 12.13.1. Para fins de contagem do tempo do seminário, não serão contabilizados os períodos em que ocorrerem falhas na transmissão do candidato, exceto nos casos em que a interrupção da apresentação não for superior a 01 (um) minuto.
- 12.13.2. Não será dado tempo excedente aos candidatos cuja apresentação tenha falha na transmissão de dados, devendo ser observada duração mínima e máxima prevista no Cronograma de Atividades da Área.
- 12.13.3. As eventuais falhas de transmissão de dados do candidato não serão objeto de eliminação do certame, exceto se em virtude das mesmas o candidato não atingido o tempo mínimo ou ultrapassar o tempo máximo definidos no Cronograma de Atividades.
- 12.13.4. Os candidatos que não cumprirem o disposto no item 12.12 serão eliminados do processo seletivo.
- 12.14. Os critérios de seleção, tempo de duração e demais informações necessárias para a realização do seminário serão publicadas juntamente com o Cronograma de Atividades da Área.
- 12.15. O seminário dos candidatos será gravado, independente do mesmo ocorrer na forma presencial ou remota, em cumprimento ao art. 31 do Decreto nº. 9.739/2019.
- 12.16. O formato de seminário escolhido pela banca examinadora ser realizado obrigatoriamente todos os membros da Banca Examinadora e candidatos.
- 12.17. A nota do candidato será a média aritmética das notas atribuídas, de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, por cada membro da Banca Examinadora.

13. DA PROVA DE TÍTULOS

13.1. Para a prova de títulos, os candidatos deverão enviar cópia digital do currículo cadastrado na Plataforma Lattes e dos documentos comprobatórios dos dados nele constantes, conforme definido no Cronograma de Atividades da Área.

13.1.1. A documentação referida no item 13.1 deverá ser enviada em pasta compactada (formato .zip ou .rar) contendo o número de inscrição e nome do candidato, sendo que os documentos contidos na pasta deverão estar nomeados de forma que indique item e discriminação correspondente na Planilha de Pontuação da Prova de Títulos (Anexo V).

13.1.2. A Ufac não se responsabilizará por documentação não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

13.1.3. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade dos documentos apresentados, dispondo a Ufac do direito de excluir do processo seletivo o candidato, a qualquer tempo, caso seja constatado que os documentos são inverídicos.

13.1.4. Não serão aceitos documentos enviados por correspondência diferente do estabelecido neste Edital;

13.2. A prova de títulos será realizada por meio da avaliação do currículo cadastrado na Plataforma Lattes e documentos comprobatórios apresentados, tendo como referência os elementos e definições contidos na planilha de pontuação de títulos constante no Anexo V.

13.3. A prova de títulos terá caráter classificatório e pontuação máxima de 11 (onze) pontos, a qual será calculada a partir do somatório dos pontos obtidos na planilha de títulos dividido por 10.

13.4. O candidato que não entregar os documentos na forma e nos prazos definidos pelo item 13.1 e no Cronograma de Atividades da Área não terá atribuição de nota neste elemento de julgamento.

13.5. Não haverá, sob qualquer hipótese, prorrogação de prazo para o cumprimento do disposto no item 13.1 deste Edital.

14. DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

14.1. A nota final do candidato será obtida a partir da fórmula seguinte: $\frac{(E1+E2)}{2} + NT$, onde:

E1 = Elemento de Julgamento 1;

E2 = Elemento de Julgamento 2; NT

= Prova de Títulos.

14.2. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

14.3. Para aprovação, o candidato deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, nas avaliações de caráter eliminatório.

14.4. Será eliminado do processo seletivo o candidato que não atingir a pontuação mínima para a aprovação.

14.5. Os candidatos aprovados serão listados em ordem de classificação, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no Processo Seletivo, atribuindo-se o primeiro lugar ao candidato que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente, observados os critérios de desempate deste edital.

14.5.1. Os candidatos classificados para além do cadastro de reserva previsto nos anexos I e II deste Edital, ainda que obtenham a nota mínima, serão eliminados do certame.

14.6. Em caso de empate a Banca Examinadora deverá decidir em favor de um dos candidatos, levando em consideração sequencialmente, os seguintes elementos:

- a) maior idade, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) maior pontuação na prova de títulos;
- c) maior média na prova didática;
- d) maior tempo de experiência no magistério em Instituição de Ensino Superior;
- e) persistindo o empate, a decisão dar-se-á por sorteio.

15. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

15.1. A Comissão Organizadora publicará o resultado preliminar do processo seletivo, conforme definido no Cronograma de Atividades de cada área, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

15.2. É facultado aos candidatos aprovados e classificados nos termos do item 14.5 deste Edital, renunciar a sua classificação original, de modo a ser reposicionado em último lugar na lista de classificados, de acordo com a respectiva área.

15.2.1. A renúncia de que trata o item anterior deverá ser protocolada junto ao Gabinete da Pró-Reitoria de Graduação da Ufac, por meio de processo administrativo a ser aberto no Sistema Eletrônico de Informações – SEI <<http://www2.ufac.br/sei/menu/acao-ao-sei-usuarios-externos>>, no prazo de 24h após a publicação do resultado preliminar do processo seletivo referente à área que o candidato concorre.

15.2.2. Não será aceito pedido de “final de fila” condicional, extemporâneo, via postal, via fax, via correio eletrônico, ou por qualquer meio diverso do previsto neste Edital.

15.2.3. Por ocasião da publicação do preliminar do processo seletivo o candidato poderá requerer cópia das documentações referentes às suas avaliações, na data, horário e local definidos no Cronograma de Atividades da Área.

15.2.3.1. A cópia da documentação requerida será enviada pela Banca Examinadora, ao e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, antes do início do período de recurso.

15.2.3.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/ 2011.

15.2.4. O candidato terá prazo de 03 (três) dias úteis, após a publicação do resultado preliminar para a interposição de recurso, o qual deverá ser protocolado junto ao Gabinete da Pró-Reitoria de Graduação da Ufac, por meio de processo administrativo a ser aberto no Sistema Eletrônico de Informações – SEI <<http://www2.ufac.br/sei/menu/acao-ao-sei-usuarios-externos>>.

15.2.5. Os recursos serão encaminhados às Bancas Examinadoras para fins de instrução e elaboração de parecer acerca dos fatos apresentados pelo recorrente, e serão julgados pela respectiva Assembleia de Centro.

15.3. Após a publicação do resultado preliminar do processo seletivo no site da Ufac e julgamento dos recursos, a Banca Examinadora submeterá o relatório final do processo seletivo à homologação da respectiva Assembleia de Centro, não sendo necessário esperar o do término do período mencionado no item 6.1.1 deste Edital.

15.4. O resultado final será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, na data prevista no cronograma de cada área.

15.5. Após a aprovação do relatório final da área pela Assembleia do respectivo Centro, o resultado final dá área será homologado pela Reitoria e publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) e divulgado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

15.5.1. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de classificação do processo seletivo, valendo para este fim o resultado publicado no endereço eletrônico da Ufac e no D.O.U.

15.6. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contada a partir da data de assinatura do primeiro contrato, podendo ser renovado por igual período.

16. DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO DOS CANDIDATOS

16.1. Os candidatos serão convocados de acordo com a necessidade e demanda da instituição.

16.2. A convocação dos aprovados será publicada no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

16.3. O candidato aprovado e convocado terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da convocação publicada no sítio da Ufac, para se apresentar, a fim de **obter laudo expedido pela Junta Médica da Ufac**, entrega de documentos e assinatura do contrato.

16.3.1. A data de assinatura do contrato ficará a cargo da Ufac, podendo ocorrer posteriormente ao prazo especificado no item 16.3.

16.4. Nas áreas que tiverem candidatos aprovados em processos seletivos anteriores, esses quando da convocação, terão prioridade em relação aos candidatos aprovados nessa seleção.

16.5. A Ufac poderá contratar os candidatos aprovados e excedentes ao número de vagas previsto neste Edital para lotação em outra área que exigir igual perfil ou em outro *campus* no qual exista vaga na área em que se deu sua aprovação ou outra área que exigir igual perfil, observada a ordem de classificação e desde que previamente aceito pelo candidato.

16.5.1. A aceitação pelo candidato em ser contratado para outro *campus* ou área implicará na renúncia à sua classificação na área inicial de aprovação.

16.6. A remuneração inicial será composta pelo vencimento básico, conforme o regime de trabalho, acrescido da retribuição por titulação, quando exigida no perfil para contratação, e do auxílio alimentação, segundo o quadro abaixo:

Título	JORNADA DE 20 HORAS			Total Bruto
	Vencimento Básico	Aux. Alimentação	RT	
Graduação	2.236,32	229,00	-	2.465,32
Especialista	2.236,32	229,00	223,63	2.688,95
Mestrado	2.236,32	229,00	559,08	3.024,40
Doutorado	2.236,32	229,00	1.285,89	3.751,21
JORNADA DE 40 HORAS				

Título	Vencimento Básico	Aux. Alimentação	RT	Total Bruto
Graduação	3.130,85	458,00	-	3.588,85
Especialista	3.130,85	458,00	469,63	4.058,48
Mestrado	3.130,85	458,00	1.174,07	4.762,92
Doutorado	3.130,85	458,00	2.700,36	6.289,21

17. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E VALIDADE DO CONCURSO

17.1. São requisitos para contratação:

- a) Ter sido aprovado no processo seletivo;
- b) Ser portador de diploma de graduação ou mestrado ou doutorado, conforme o caso, registrado e reconhecido na forma da lei ou certidão de conclusão de curso, no perfil exigido para a área de inscrição do candidato;
- c) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12, da Constituição Federal, e no caso de estrangeiro, deverá estar em situação regular no país, comprovado pelo visto permanente;
- d) Comprovar a quitação das obrigações eleitorais;
- e) Comprovar a regularidade com o Serviço Militar, para os aprovados do sexo masculino;
- f) Possuir o perfil exigido para a área;
- g) Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da contratação;
- h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;
- i) Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público ou entidade de esfera federal, estadual ou municipal;
- j) Não ter sido contratado com fundamento na Lei nº 8.745/93, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;
- k) Não possuir cargo, função ou emprego público cuja acumulação seja vedada pela legislação vigente.

17.2. Caso o candidato possua cargo, emprego ou função pública, cuja acumulação seja permitida pela legislação vigente, a contratação ficará condicionada à comprovação de compatibilidade de horários com as atividades docentes inerentes à função de professor substituto, não podendo a soma das cargas horárias exceder a 60 (sessenta) horas semanais.

17.3. O candidato, na solicitação de inscrição, declarará que tem ciência dos documentos exigidos para a contratação e que, caso aprovado, os apresentará por ocasião da assinatura do contrato.

17.4. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade dos documentos e informações fornecidas para a assinatura do contrato, dispondo a Ufac do direito de excluir do processo seletivo, a qualquer tempo, o candidato que apresente falsa declaração ou documentação.

17.5. Se aprovado e convocado, o candidato deverá submeter-se ao exame admissional promovido pela da Ufac, que terá decisão terminativa sobre a aptidão física e mental para o exercício das atribuições que serão exercidas.

17.6. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (Prodgep) publicará no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>> a relação dos exames e laudos, às expensas do candidato, que deverão ser apresentados por ocasião do exame admissional.

17.7. O não comparecimento ao exame admissional, bem como a não apresentação da documentação exigida no ato convocatório acarretará a perda do direito à vaga.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e suas alterações, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

18.2. Em todas as fases do Processo Seletivo é imperativa a observação das normas que o regem, e o descumprimento de qualquer item do edital implicará a eliminação do candidato no certame.

18.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento

18.3.1. Iniciando o prazo em feriados ou final de semana, contar-se-á a partir do primeiro dia útil.

18.4. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados pela Instituição.

18.5. Serão considerados documentos de identificação para fins deste Edital: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

18.5.1. No caso de candidato de nacionalidade estrangeira, deverá ser informado o número da Cédula de Identidade de Estrangeiro, expedida pelo Departamento de Polícia Federal, que comprove sua condição de permanente no país, ou temporário, conforme o do artigo 13, inciso IV, da Lei nº 6.815/80.

18.5.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título eleitoral, carteira de motorista (modelo sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

18.5.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de solicitação de documento.

18.5.4. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há no máximo 90 (noventa) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

18.6. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

18.7. Os títulos acadêmicos obtidos no exterior deverão estar revalidados no Brasil, na forma da legislação em vigor (observado o disposto no Art. 48, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

18.8. Os documentos expedidos em língua estrangeira deverão ser autenticados pela autoridade consular brasileira no país de origem e acompanhados da respectiva tradução oficial, por um tradutor juramentado, devidamente registrado na Junta Comercial, com comprovante de nomeação.

18.9. A permanência do estrangeiro no quadro docente da Ufac fica condicionada à apresentação e manutenção do visto permanente.

18.10. Todos os candidatos contratados por meio do presente processo seletivo estarão subordinados às normas da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993.

18.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação.

18.12. Os interessados poderão entrar em contato com a Comissão Organizadora de Processo Seletivo o para esclarecer dúvidas exclusivamente pelo e-mail: concurso.docente@ufac.br.

18.13. Integram o presente Edital os seguintes anexos: Anexo I (Quadro de vagas destinadas ao Campus Universitário de Rio Branco), Anexo II (Quadro de vagas destinadas ao Campus Universitário de Cruzeiro do Sul), Anexo III (Dos Conteúdos Programáticos e das Referências Bibliográficas), Anexo IV (Planilha de Avaliação da Prova Didática) e Anexo V (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos).

Rio Branco/AC, 18 de janeiro de 2023.

PROFA. DRA. EDNACELÍ ABREU DAMASCENO
Pró-Reitora de Graduação

EDITAL Nº 01/2023 – PROGRAD
ANEXO I
QUADRO DE CADASTRO DE RESERVA DESTINADO AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RIO BRANCO

1. O quantitativo apresentado neste anexo é destinado a eventuais contratações para os Centros do Campus Universitário de Rio Branco, de acordo com as áreas definidas a seguir:

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA NATUREZA – CCBN					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
01	Anatomia Animal	Doutorado em Anatomia ou Morfologia Animal ou Ciência Animal ou Medicina Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou Ciências Biológicas ou; Mestrado em Anatomia ou Morfologia ou Ciência Animal ou Medicina Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou Ciências Biológicas ou; Especialista em Anatomia ou Morfologia ou Ciência Animal ou Medicina Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou Ciências Biológicas ou; Graduado em Medicina Veterinária ou Ciências Biológicas.	20h/40h	04	01
02	Administração, Economia, Política e Legislação Rural	Doutorado em Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal ou Engenharia Agrícola ou Economia Agrária, Graduação em Engenharia Agrônômica, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal ou Administração Rural ou Medicina Veterinária ou Zootecnia. ou. Mestrado em Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal ou Engenharia Agrícola ou Economia Agrária, com Graduação em Engenharia Agrônômica, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal ou Administração Rural ou Medicina Veterinária ou Zootecnia ou; Especialista em Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal ou Engenharia Agrícola ou Economia Agrária, com Graduação em Engenharia Agrônômica, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal ou Administração Rural ou Medicina Veterinária ou Zootecnia ou; Graduado em Engenharia Agrônômica, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal ou Administração Rural ou Medicina Veterinária ou Zootecnia.	20h/40h	04	01

03	Botânica	Doutorado em Botânica, com Graduação em Ciências Biológicas ou Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal; Mestrado em Botânica, com Graduado em Ciências Biológicas ou Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal; Especialista em Botânica, com Graduado em Ciências Biológicas ou Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal; Graduado em Ciências Biológicas ou Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal.	20h/40h	04	01
04	Clínica Médica de Grandes Animais	Doutorado em Medicina Veterinária ou Ciência Animal ou Clínica de Grandes Animais ou Cirurgia Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou; Mestrado em Medicina Veterinária ou Ciência Animal ou Clínica de Grandes Animais ou Cirurgia Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou; Especialista em Medicina Veterinária ou Ciência Animal ou Clínica de Grandes Animais ou Cirurgia Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou; Graduado em Medicina Veterinária.	20h/40h	04	01
05	Clínica Médica de Pequenos Animais	Doutorado em Medicina Veterinária ou Ciência Animal ou Clínica de Pequenos Animais ou Cirurgia Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou; Mestrado em Medicina Veterinária ou Ciência Animal ou Clínica de Pequenos Animais ou Cirurgia Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou; Especialista em Medicina Veterinária ou Ciência Animal ou Clínica de Pequenos Animais ou Cirurgia Veterinária, com Graduação em Medicina Veterinária ou; Graduado em Medicina Veterinária.	20h/40h	04	01
06	Ensino de Física	Doutorado em Ensino de Física ou Física, com Graduação em Licenciatura em Física ou; Mestrado em Ensino de Física ou Física, com Graduação em Licenciatura em Física ou; Especialista em Ensino de Física ou Física, com Graduação em Licenciatura em Física ou; Graduado em Licenciatura em Física.	20h/40h	04	01

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – CCET					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
07	Engenharia Civil – Estrutura	Doutorado em Engenharia Civil, com Graduação em Engenharia Civil ou; Mestrado em Engenharia Civil, com Graduação em Engenharia Civil ou; Especialização em Engenharia Civil, com Graduação em Engenharia Civil ou; Graduado em Engenharia Civil.	20h/40h	04	01
08	Engenharia Civil – Sistemas Construtivos I	Doutorado em Engenharia Civil, com Graduação em Engenharia Civil ou; Mestrado em Engenharia Civil, com Graduação em Engenharia Civil ou; Especialização em Engenharia Civil, com Graduação em Engenharia Civil ou; Graduado em Engenharia Civil.	20h/40h	04	01

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO – CCSD					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
09	Alimentos/Técnica e Dietética	Doutorado em Nutrição ou Ciência e Tecnologia dos Alimentos, com Graduação em Nutrição ou; Mestrado em Nutrição ou Ciência e Tecnologia dos Alimentos, com Graduação em Nutrição ou; Especialista em Nutrição ou Ciência e Tecnologia dos Alimentos, com Graduação em Nutrição ou; Graduado em Nutrição	20h/40h	04	01

10	Clínica Médica	<p>Doutorado em Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina e residência Médica reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista em quaisquer das seguintes áreas: Clínica Médica, Cardiologia, Angiologia, Cancerologia, Endocrinologia e Metabologia, Reumatologia, Nutrologia, Gastroenterologia, Oncologia, Hematologia, Pneumologia, Neurologia, Dermatologia, Nefrologia, Medicina Intensiva, Geriatria, Medicina de Família e Comunidade ou;</p> <p>Mestrado em Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina e residência Médica reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista em quaisquer das seguintes áreas: Clínica Médica, Cardiologia, Angiologia, Cancerologia, Endocrinologia e Metabologia, Reumatologia, Nutrologia, Gastroenterologia, Oncologia, Hematologia, Pneumologia, Neurologia, Dermatologia, Nefrologia, Medicina Intensiva, Geriatria, Medicina de Família e Comunidade ou;</p> <p>Graduação em Medicina com residência Médica reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista em quaisquer das seguintes áreas: Clínica Médica, Cardiologia, Angiologia, Cancerologia, Endocrinologia e Metabologia, Reumatologia, Nutrologia, Gastroenterologia, Oncologia, Hematologia, Pneumologia, Neurologia, Dermatologia, Nefrologia, Medicina Intensiva, Geriatria, Medicina de Família e Comunidade.</p>	20h/40h	04	01
11	Cultura das Atividades Físicas: Atividades rítmicas e expressivas e Ginásticas	<p>Doutorado em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Mestrado em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Especialista em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Graduado em Educação Física</p>	20h/40h	04	01
12	Cultura das Atividades Físicas: Basquetebol, Voleibol, Handebol e Recreação e Lazer	<p>Doutorado em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Mestrado em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Especialista em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Graduado em Educação Física</p>	20h/40h	04	01
13	Educação Física	<p>Doutorado em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Mestrado em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Especialista em Educação Física, com Graduação em Educação Física ou;</p> <p>Graduado em Educação Física.</p>	20h/40h	04	01

14	Enfermagem na Atenção à Saúde nos diversos Ciclos de vida com ênfase na Atenção Hospitalar	Doutorado na área da Saúde, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Enfermagem ou; Mestrado na área da Saúde, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Enfermagem ou; Especialização na área da Saúde, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Enfermagem ou; Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Enfermagem.	20h/40h	04	01
15	Enfermagem na Atenção à Saúde nos Diversos Ciclos de Vida com Ênfase na Atenção Primária	Doutorado na área da Saúde, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Enfermagem ou; Mestrado na área da Saúde, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Enfermagem ou; Especialização na área da Saúde, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Enfermagem ou; Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Enfermagem.	20h/40h	04	01
16	Farmacologia	Doutorado em Farmacologia ou Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina ou Farmácia ou Medicina Veterinária ou; Mestrado em Farmacologia ou Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina ou Farmácia ou Medicina Veterinária ou; Especialização em Farmacologia ou Ciências da Saúde ou; Graduação em Medicina ou Farmácia ou Medicina Veterinária.	20h/40h	04	01
17	Infectologia	Doutorado em Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina e Residência Médica reconhecida pelo MEC ou título de especialista reconhecida pela AMB em Infectologia ou Medicina Tropical ou; Mestrado em Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina e Residência Médica reconhecida pelo MEC ou título de especialista reconhecida pela AMB em Infectologia ou Medicina Tropical ou; Graduação em Medicina com Residência Médica reconhecida pelo MEC ou título de especialista reconhecida pela AMB em Infectologia ou Medicina Tropical.	20h/40h	04	01

18	Medicina da Família	Doutorado em Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina e Residência Médica reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista reconhecido pela AMB em Medicina de Família e Comunidade ou; Mestrado em Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina e Residência Médica reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista reconhecido pela AMB em Medicina de Família e Comunidade ou; Graduação em Medicina com Residência Médica reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista reconhecido pela AMB em Medicina de Família e Comunidade.	20h/40h	04	01
19	Movimento Humano	Doutorado em Educação Física ou Fisiologia, com Graduado em Educação Física ou Fisioterapia ou; Mestrado em Educação Física ou Fisiologia, com Graduado em Educação Física ou Fisioterapia ou; Especialista em Educação Física ou Fisiologia, com Graduado em Educação Física ou Fisioterapia ou; Graduado em Educação Física ou Fisioterapia.	20h/40h	04	01
20	Nutrição Humana e Esportiva	Doutorado na área de Ciências da Saúde, com Graduação em Nutrição ou; Mestrado na área de Ciências da Saúde, com Graduação em Nutrição ou; Especialização na área de Ciências da Saúde, com Graduação em Nutrição ou; Graduação em Nutrição.	20h/40h	04	01
21	Semiologia e Propedêutica Médica	Doutorado em Ciências Biológicas ou Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina ou; Mestrado em Ciências Biológicas ou Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina ou; Especialização em Ciências Biológicas ou Ciências da Saúde, com Graduação em Medicina ou; Graduação em Medicina	20h/40h	04	01

CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES - CELA					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
22	Ensino e Aprendizagem: Ênfase em Didática e Prática de Ensino e Estágio Supervisiona	Doutorado em Educação, com Graduação em licenciatura em Pedagogia ou; Mestrado em Educação com Graduação em licenciatura em Pedagogia ou; Especialista em Educação, com Graduação em licenciatura em Pedagogia ou; Graduação em licenciatura em Pedagogia.	20h/40h	04	01
23	Língua Estrangeira Moderna: Língua Francesa	Doutorado em Linguística ou Língua Francesa ou Literatura Francesa, com Graduação em Letras Francês ou; Mestrado em Linguística ou Língua Francesa ou Literatura Francesa, com Graduação em Letras Francês ou; Especialização em Linguística ou Língua Francesa ou Literatura Francesa, com Graduação em Letras Francês ou; Graduado em Letras Francês.	20h/40h	04	01
24	Linguística Aplicada à Língua Brasileira de Sinais	Doutorado em Letras ou Linguística, com Graduação em Letras Libras ou Graduação em Letras (Português ou Línguas Estrangeiras) com Especialização em Libras ou; Mestrado em Letras ou Linguística, com Graduação em Letras Libras ou Graduação em Letras (Português ou Línguas Estrangeiras) com Especialização em Libras ou; Graduação em Letras Libras ou Graduação em Letras (Português ou Línguas Estrangeiras) com Especialização em Libras.	20h/40h	04	01
25	Psicologia da Educação	Doutorado em Educação ou Psicologia da Educação ou Psicologia Escolar, com Licenciatura em Pedagogia ou Psicologia ou; Mestrado em Educação ou Psicologia da Educação ou Psicologia Escolar, com Licenciatura em Pedagogia ou Psicologia ou; Especialização em Educação ou Psicologia da Educação ou Psicologia Escolar, com Licenciatura em Pedagogia ou Psicologia ou; Licenciatura em Pedagogia ou Psicologia.	20h/40h	04	01

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
26	Antropologia	Doutor em Ciências Sociais, ou Sociologia, ou Ciência Política, ou Antropologia, com Graduação (Bacharelado e/ou Licenciatura) em Ciências Sociais, ou Sociologia, ou Ciência Política, ou Antropologia, ou Filosofia ou Geografia, ou Economia, ou História; ou, Mestre em Ciências Sociais, ou Sociologia, ou Ciência Política, ou Antropologia, com Graduação (Bacharelado e/ou Licenciatura) em Ciências Sociais, ou Sociologia, ou Ciência Política, ou Antropologia, ou Filosofia ou Geografia, ou Economia, ou História.	20h/40h	04	01
27	Avaliação Psicológica	Doutor em Psicologia com área de concentração em Avaliação: métodos e medidas em Psicologia, com Graduação em Psicologia (Bacharelado e/ou Licenciatura); ou, Doutor em Avaliação Psicológica com Graduação em Psicologia (Bacharelado e/ou Licenciatura); ou, Mestre em Psicologia com área de Concentração em Avaliação: métodos e medidas em Psicologia, com Graduação em Psicologia (Bacharelado e/ou Licenciatura); ou, Mestre em Avaliação Psicológica com Graduação (Bacharelado e/ou Licenciatura) em Psicologia; ou, Graduado em Psicologia (Bacharelado e/ou Licenciatura)	20h/40h	04	01
28	Filosofia	Doutorado em Filosofia, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Filosofia ou; Mestrado em Filosofia, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Filosofia ou; Especialista em Filosofia, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Filosofia ou; Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Filosofia.	20h/40h	04	01

29	Geografia Física	Doutorado em Geografia ou Geociências, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Geografia ou Geologia ou; Mestrado em Geografia ou Geociências, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Geografia ou Geologia ou; Especialista em Geografia ou Geociências, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Geografia ou Geologia ou; Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Geografia ou Geologia.	20h/40h	04	01
30	Geografia Humana	Doutor em Geografia com graduação (Licenciatura e/ou Bacharelado) em Geografia; ou, Mestre em Geografia com Graduação (Licenciatura e/ou Bacharelado) em Geografia; ou, Graduado (Licenciado e/ou Bacharelado) em Geografia	20h/40h	04	01
31	Novas mídias e imagens	Doutorado em Comunicação, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Comunicação Social ou Jornalismo ou; Mestrado em Comunicação, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Comunicação Social ou Jornalismo ou; Especialista em Comunicação, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Comunicação Social ou Jornalismo ou; Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Comunicação Social ou Jornalismo.	20h/40h	04	01
32	Psicologia Social e Políticas Públicas	Doutor em Psicologia, ou Doutor em Psicologia Social, ou Doutor em Psicologia da Saúde, com graduação (Bacharelado ou Formação) em Psicologia; ou Mestre em Psicologia, ou Mestre em Psicologia Social, ou Mestre em Psicologia da Saúde, com graduação (Bacharelado ou Formação) em Psicologia; ou Graduado (Bacharelado ou Formação) em Psicologia.	20h/40h	04	01
33	Radiojornalismo / Telejornalismo	Doutorado em Comunicação, com Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Comunicação Social ou Jornalismo ou; Mestrado em Comunicação, com Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Comunicação Social ou Jornalismo ou; Especialista em Comunicação, com Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Comunicação Social ou Jornalismo ou; Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em Comunicação Social ou Jornalismo.	20h/40h	04	01

34	Teoria e Metodologia da História	Doutorado em História, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em História ou; Mestrado em História, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em História ou; Especialização em História, com Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em História ou; Graduado (Bacharelado ou Licenciatura) em História.	20h/40h	04	01
----	----------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------	----	----

* Nas áreas que tiverem candidatos aprovados em processos seletivos anteriores, esses quando da convocação, terão prioridade em relação aos candidatos aprovados nessa seleção.

** Todos os candidatos concorrerão de forma isonômica, não havendo prioridade ou distribuição das vagas por titulação, observado o disposto no Anexo V deste Edital (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos).

EDITAL Nº 01/2023 – PROGRAD

ANEXO II

QUADRO DE CADASTRO DE RESERVA DESTINADO AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL

1. O quantitativo apresentado neste anexo é destinado a eventuais contratações para os Centros do Campus Universitário de Cruzeiro do Sul, de acordo com as áreas definidas a seguir:

CENTRO EDUCAÇÃO E LETRAS - CEL					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
35	Didática e Estágio Supervisionado	Doutorado em Educação, com Graduação em Licenciatura em Pedagogia ou; Mestrado em Educação, com Graduação em Licenciatura em Pedagogia ou; Especialista em Educação, com Graduação em Licenciatura em Pedagogia ou; Graduado em Licenciatura em Pedagogia	20h/40h	04	01
36	Teoria da Literatura e Literatura de Língua Portuguesa	Doutorado em Letras, com Graduação em Licenciatura em Letras – Português ou; Mestrado em Letras, com Graduação em Licenciatura em Letras – Português ou; Especialista em Letras, com Graduação em Licenciatura em Letras – Português ou; Graduado em Licenciatura em Letras – Português	20h/40h	04	01

CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CMULTI					
Cód.	Área*	Perfil exigido para contratação**	Regime de trabalho	Quantidade de candidatos classificados no cadastro de reserva	
				Ampla concorrência	Pessoa com deficiência
37	Direito	Doutorado em Direito, com Graduação em Direito ou; Mestrado em Direito, com Graduação em Direito ou; Especialista em Direito, com Graduação em Direito ou; Graduado em Direito.	20h/40h	04	01
38	Enfermagem na Atenção à Saúde nos diversos ciclos de vida	Doutorado em Enfermagem ou Ciências da Saúde ou Saúde Coletiva, com Graduação em Enfermagem ou; Mestrado em Enfermagem ou Ciências da Saúde ou Saúde Coletiva, com Graduação em Enfermagem ou; Especialista em Enfermagem ou Ciências da Saúde ou Saúde Coletiva, com Graduação em Enfermagem ou; Graduado em Enfermagem.	20h/40h	04	01
39	Matemática e Estatística	Doutorado em Matemática ou Ensino de Ciências e Matemática ou Estatística, com Graduado em Matemática ou Estatística ou; Mestrado em Matemática ou Ensino de Ciências e Matemática ou Estatística, com Graduado em Matemática ou Estatística ou; Licenciatura em Matemática ou Ensino de Ciências e Matemática ou Estatística, com Graduado em Matemática ou Estatística ou; Graduado em Matemática ou Estatística	20h/40h	04	01

* Nas áreas que tiverem candidatos aprovados em processos seletivos anteriores, esses quando da convocação, terão prioridade em relação aos candidatos aprovados nessa seleção.

** Todos os candidatos concorrerão de forma isonômica, não havendo prioridade ou distribuição das vagas por titulação, observado o disposto no Anexo V deste Edital (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos).

EDITAL Nº 01/2023 – PROGRAD

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA NATUREZA – CCBN

ÁREA 01 - ANATOMIA ANIMAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia do Sistema Ósseo dos Animais Domésticos;
2. Anatomia do Sistema Articular dos Animais Domésticos;
3. Anatomia do Sistema Muscular dos Animais Domésticos;
4. Anatomia do Sistema Digestório dos Animais Domésticos;
5. Anatomia do Sistema Respiratório dos Animais Domésticos;
6. Anatomia do Sistema Cardiovascular dos Animais Domésticos;
7. Anatomia do Sistema Urinário dos Animais Domésticos;
8. Anatomia do Sistema Reprodutor Feminino dos Animais Domésticos;
9. Anatomia do Sistema Reprodutor Masculino dos Animais Domésticos;
10. Anatomia do Sistema Nervoso Central dos Animais Domésticos;
11. Anatomia do Sistema Nervoso Periférico dos Animais Domésticos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ARAUJO, J.C. Anatomia dos Animais Domésticos – Aparelho Locomotor. São Paulo: Manole. 1ª ed., 2003.
- DYCE, K.M.; SACK, W. O.; WENSING, C. J. G. Tratado de Anatomia Veterinária. 5ª ed. São Paulo: ELSEVIER, 2019. 872p.
- EVANS, H.E. Miller's anatomy of the dog. 3ed. Philadelphia: Saunders, 1993. 1113p.
- FRANDSON, R.D.; WILKE, W.L.; FAILS, A.D. Anatomia e Fisiologia dos Animais da Fazenda. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 6ª ed., 2005.
- GETTY, R. Anatomia dos Animais Domésticos. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 5ª ed., 1986.
- INTERNATIONAL COMMITTEE ON VETERINARY GROSS ANATOMICAL NOMENCLATURE. Nomina anatomica veterinaria. 6.ed. Hannover, Columbia, Gent, Sapporo: Editorial Committee, 2017.
- KONIG, H.E.; LIEBICH, H.G. Anatomia dos Animais Domésticos Texto e Atlas Colorido. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- NICKEL, R., SCHUMMER, A., SEIRFELE, A. The viscera of the domestic mammals; The circulatory system, the skin, and cutaneous organs of the domestic mammals. BerlinHamburg: Verlag Paul Parey, 1981.
- NICKEL, R.; SCHUMMER, A.; SEIFERLE, E. The viscera of the domestic mammals. 2. Ed. Berlin: paul parey, 1979, 401p.
- POPESKO, P. Atlas de Anatomia Topográfica dos Animais Domésticos. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2011.
- REECE, W.O. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos. São Paulo: ROCA. 3ª ed., 2008.

ÁREA 02 - ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO RURAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Planejamento da Atividade Rural;
2. Política Rural;
3. Economia Rural;
4. Legislação Rural;
5. Marketing de Produtos Agropecuários;
6. Agricultura Familiar;
7. Extensão Rural;
8. Elaboração e Avaliação de Projetos;
9. Comercialização de Produtos Agropecuários;
10. Administração da Empresa Agrícola.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ANGELO, H.; ENCINAS, J.I.; HOSOKAWA, R.T. Elementos para o planejamento florestal. Brasília: Editora UnB, 1991. 42 p.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução no 406, de 2 de fevereiro de 2009.

BRASIL. D.O.U. Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências. D.O.U., 19.7.2000, p. 45.

BRASIL. Lei No 12.651, de 25 de maio de 2012.

CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da Administração. 7. ed. São Paulo: Elsevier Editora Ltda. 634 p. 2003.

DE FELIPPE JÚNIOR, B. Pesquisa: O que é e para que serve. 2. ed. Brasília: SEBRAE, 1995. 64 p. (Série de Mercado: Você também pode utilizar).

GARCIA, J.R.; VIEIRA FILHO, J.E.R. Reflexões sobre o papel da política agrícola brasileira para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. (Texto para discussão 1936) Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2841/1/TD_1936.pdf>.

HOFFMANN, R.; SERRANO, O.; NEVES, E.M. *et al.* Administração da empresa agrícola. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1984, p. 147-80.

KOTLER, P. Administração de marketing: Análise, planejamento, implementação e controle. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. 878 p.

LAGE, B.H.G.; MILONE, P. Propaganda e economia para todos. São Paulo: Summus Editora, 1994. 135 p. MARCELINO, G.F. Alternativas organizacionais para gerenciamento de projetos. Brasília: FUNCEP, 1985. 30 p. MARQUES, P.V.; AGUIAR, D.R.D. Comercialização de produtos agrícolas. São Paulo: Edusp, 1993. 299 p.

MENDES, J.T.G.. Economia agrícola. Curitiba: ZNT, 1998. 458 p.

MENDES, J.T.G.; PADILHA JUNIOR, J.B. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 369 p.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado – Centro de Estudos, 2008 (Texto para discussão 48) Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48- extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao/view>>.

PORTE, M.E. Estratégia Competitiva: Técnica para Análise de Indústrias e da Concorrência. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1986. 362p.

PORTUGAL, N. dos S; PORTUGAL JÚNIOR, P. dos S; REIS, R. P. Internalização de custos ambientais na gestão financeira das organizações: uma proposição a ser aplicada no agronegócio. Custos e @gronegócio on line, v.8, n.4, 2012. Disponível em www.custoseagronegocioonline.com.br.

RESENDEE, J.L.P. de; OLIVEIRA, A.D. de. Análise econômica e social de projetos florestais. Viçosa: Editora UFV, 2001. 389 p.

SELING, I. Economia florestal: Gerenciamento-Administração-Management. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Ciência Rurais/Departamento de Ciências Florestais, 2001a. 82 p.

SELING, I. Economia florestal: Gestão empresarial. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Ciência Rurais/Departamento de Ciências Florestais, 2001b. 66 p.

TAGLIACARNE, G. Pesquisa de mercado: Técnica e prática. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1989. 468 p.

TÁVORA, F.L. A política agrícola e a questão agrária pós-constituição federal de 1988: Sucessos, fracassos e digressões. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG Senado, 2013. (Texto para discussão 142) Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-142-a-politica-agricola-e-a-questao-agraria-pos-constituicao-federal-de-1988-sucessos-fracassos-e-digressoes>.

TRINDADE, C.; REZENDE, J.L.P.; JACOVINE, L.A.G.; SARTORIO, M.L. Ferramentas da qualidade: Aplicação na atividade florestal. Viçosa: Editora UFV, 2000. 123 p.

ÁREA 03 - BOTÂNICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sistemática vegetal;
2. Morfologia vegetal;
3. Anatomia vegetal;
4. Cultura de tecidos vegetais;
5. Ecofisiologia;
6. Fisiologia vegetal;
7. Evolução, anatomia e fisiologia de órgãos vegetativos;
8. Evolução, anatomia e fisiologia de órgãos reprodutivos;
9. Coleta, identificação, nomenclatura e sistemas de classificação botânica;
10. Influência de deficiência nutricional e fatores hormonais no desenvolvimento de plantas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AMBROSE, B.A. & PURUGGANAN, M. (eds.) 2013. Annual Plant Reviews. Volume 45 (Todos os capítulos)

BRODIE, J. & LEWIS, J. 2007. Unravelling the algae: the past present and future of algal systematics. New York. CRC Press. 393p.

APPEZZATO-DA-GLÓRIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (Eds.). Anatomia vegetal. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003, 438 p.

BUCHANAN, BOB B., WILHELM GRUISSEM, RUSSELL L. JONES, (Eds.). Biochemistry and Molecular Biology of Plants. 2ª ed. Hoboken: Wiley-Blackwell., 2015. 1280 p.

COX, E.J. 2015. Diatoms, Diatomaceae (Bacillariophyceae s.l., Bacillariophyta). In: Frey, W. (ed.) Syllabus of plant families. A. Engler Syllabus der Pflanzenfamilien. 2/1 Photoautotrophic eukaryotic algae. Borntraeger, Stuttgart, pp. 64–103.

ESAU, K. Anatomia de plantas com sementes. São Paulo: Edgard Blucher, 1974. 293p.

EVERT, R.F. & EICHHORN, S.E. 2014. Raven Biologia Vegetal. 8ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan

FAGAN, E.B.; ONO, E.O.; RODRIGUES, J.D.; SOARES, L.H.; DOURADO-NETO, D. Fisiologia vegetal: metabolismo e nutrição vegetal. São Paulo: Editora Andrei, 2016. 306p.

- GOFFINET, B. & SHAW, A.J. 2009. Bryophyte Biology. 2a. ed. Cambridge. Cambridge University Press. 565p. il.
- GRAHAM, J.E., WILCOX, L.W. & GRAHAM, L.E. 2009. Algae. 2nd edition. Benjamin Cummings publishers.720p.
- HOPKINS, W.G. Introduction to Plant Physiology. New York: John Wiley & Sons, Inc., 4ª ed. 2008. 528p.
- KERBAUY, G. B.Fisiologia Vegetal. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2019. 420 p.
- KOMÁREK J., KAŠTOVSKÝ J., MAREŠ J. & JOHANSEN J. R. (2014): Taxonomic classification of cyanoprokaryotes (cyanobacterial genera) 2014, using a polyphasic approach. Preslia 86: 295–335.
- LARCHER, W. Ecofisiologia Vegetal. São Carlos- SP: Ed. Rima, 2000. 531 p.
- LEE, R.E. Phycology. 4ª. Edição. Cambridge University Press. 2008. 547p.
- MARENCO, R.A.; LOPES, N.F. Fisiologia Vegetal: Fotossíntese, Respiração, Relações Hídricas e Nutrição Mineral. Editora UFV, 2006. 486 p.
- MALAVOLTA, E. Elementos de nutrição mineral de plantas. São Paulo, Ed. Agronômica Ceres, 1980. 251 p.
- MCLAUGHLIN, D.J. & SPATAFORA, J.W. (Eds.) 2014. The Mycota. Systematics and Evolution Part A. In: Karl Esser (ed.) The Mycota: A Comprehensive Treatise on Fungi as Experimental Systems for Basic and Applied Research. 2nd Edition. 478p. Springer.
- MCLAUGHLIN, D.J. & SPATAFORA, J.W. (Eds.) 2015. The Mycota Systematics and Evolution Part B. 336p.
- NELSON, D.L., COX, M.M. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 7ª. Edição. Artmed. 2018. 1312p
- PRADO, C.H.B.A. e CASALI, C.A Fisiologia vegetal: práticas em relações hídricas, fotossíntese e nutrição mineral. Barueri: Ed. Manole, 2006. 466 p.
- RANKER, T.A. & HAUFLER, C.H. 2008. Biology and evolution of ferns and lycophytes. ed. Cambridge. Cambridge University Press. 480p. il.
- RAVEN, P. H.; EVERT, R. F. e EICHORN, S. E. Biologia Vegetal. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 2016. 2672 p.
- REVIERS, B. de. Biologia e Filogenia das Algas. 1ª ed. Editora Artmed, Porto Alegre, 2006. 274p.
- RICARDO, A.M, e NEI, F. L. Fisiologia Vegetal. 3ª Edição Viçosa: Editora UFV. 2013. 531 p.
- SALISBURY, F. B.; ROSS, C. W. Plant physiology. 4 ed. Belmont: Wadsworth, 1992. 682 p.
- SIMPSON, M.G. 2010. Plant systematics. 2 nd .Elsevier Academic Press.,752p.
- VANDERPOORTEN A. & GOFFINET, B. 2009. Introduction to Bryophytes. Cambridge University Press. Cambridge, UK
- TAIZ, L., ZEIGER, E., MOLLER, I. M., & MURPHY, A. Fisiologia e desenvolvimento vegetal. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2017. 858 p.

ÁREA 04 - CLÍNICA MÉDICA DE GRANDES ANIMAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Afecções dos Neonatos Equinos e Bovinos;
2. Cuidados no Periparto com a égua prenha e o potro neonato;
3. Cuidados no Periparto com a vaca prenha e o bezerro neonato;
4. Afecções do Sistema Nervoso de equinos e bovinos adultos;
5. Afecções da Pele e Anexos em equinos e bovinos;
6. Afecções do Sistema Locomotor Equino;
7. Exame Clínico do Neonato equino e bovino;
8. Exame Clínico do Sistema Nervoso e do Sistema Locomotor equino e bovino;
9. Métodos Diagnósticos das Afecções do Sistema Nervoso Equino e bovino;
10. Métodos Diagnósticos das Afecções do Sistema Locomotor Equino e bovino.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ALLEN, E. W. Fertilidade e obstetrícia Equina. São Paulo: Varela, 1995.
- ALLEN, E. W. Fertilidade e obstetrícia no cão. São Paulo: Varela. 2004.
- BLOOD, G.R. & RADOSTITS, O.M. 1991. Clínica Veterinária. 7a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1263p.
- DIRKSEN G. et al. Rosenberger – Exame Clínico dos bovinos, 3ªed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1990.
- JACKSON; Obstetrícia Veterinária. 2a ed. São Paulo: Editora. Roca 2006.
- OLIVEIRA, R.B.; GODOY, S.A.P.; COSTA, F.B. Plantas Tóxicas. Conhecimento e Prevenção de Acidentes. Ed. Saraiva. 2006.
- PALHANO, Reprodução em bovinos: Fisiopatologia, Terapêutica, Manejo e Biotecnologia. Editora LF Livros. 2002.
- PUGH D. G., Clínica de Ovinos e Caprinos, 1a ed. Editora Roca 2005.
- RADOSTITS, O.M. et al. Clínica Veterinária, 9º ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.
- REED, B. Medicina Interna Equina. 1a Ed. Guanabara Koogan, 2000.
- RIET- CORREA, F., SCHILD, A. L., MENDEZ, M. D. C. et al. Doenças de ruminantes e equinos. 2a ed. São Paulo: Varela, 425p. v.12006.
- SMITH B.P. Medicina Interna de Grandes Animais, São Paulo, Manole, 3ed. 2006.
- THOMASSIAN, Armen. Enfermidades dos cavalos. 4a ed. São Paulo: Varela, 2005.
- TOKARNIA, C. H.; DÖBEREINER, J.; PEIXOTO, P. V. Plantas Tóxicas do Brasil. São Paulo: Varela. 2003.
- TONIOLLO, G. H; VICENTE W. R. R. Manual de obstetrícia veterinária. São Paulo: Varela 2003.

ÁREA 05 - CLÍNICA MÉDICA DE PEQUENOS ANIMAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dermatopatias de Origem Alérgica;
2. Dermatopatias de Origem Bacteriana;
3. Hipotireoidismo;
4. Hipertireoidismo;
5. Diabetes mellitus em cães e gatos;
6. Infecção do Trato Urinário de Pequenos Animais;
7. Doença do Trato Urinário Inferior de Felinos;
8. Semiologia do Sistema Visual de Pequenos Animais;
9. Semiologia do Sistema Circulatório de Pequenos Animais;
10. Semiologia do Sistema Digestório de Pequenos Animais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- FEITOSA, F.L.F. Semiologia Veterinária: A Arte do Diagnóstico. 2ed. São Paulo: Roca, 718p, 2018.
- JERICÓ, M.M.; ANDRADE NETO, J.P.; KOGIKA, M.M. Tratado de Medicina Interna de Pequenos Animais. 1ed. Rio de Janeiro: Roca, 1238p, 2017.
- NELSON, R. W.; COUTO, C. G. Medicina Interna de Pequenos Animais. 4ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 1468p. 2010.
- NORSWORTHY, G. D.; CRYSTAL, M. A.; GRACE, S. F.; TILLEY, L. P. O Paciente Felino. 3ed. São Paulo, Roca. 801p. 2009.
- TAMS, T. R. Gastroenterologia de pequenos animais. 2ed. São Paulo : Roca, 472p. 2008.

ÁREA 06 - ENSINO DE FÍSICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Leis de Newton;
2. Princípios de conservação da energia;
3. Leis da Termodinâmica;
4. Equações de Maxwell;
5. Efeito fotoelétrico;
6. Relatividade restrita.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

HALLIDAY, D.; RESNICK, R. Fundamentos de Física. Volumes: (1, 2, 3 e 4). LTC Editora, 2012.

TIPLER, P.A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros. Vol 3. LTC Editora, 2006.

YOUNG, H.D.; FREEDMAN, R.A. Física. Vol 3 q do Sears e Zemansky. Addison Wesley, 12ª edição.

NUSSENSVEIG, M. Curso de Física básica, Vol 3. Edgard Blucher, 2002.

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – CCET

ÁREA 07 - ENGENHARIA CIVIL – ESTRUTURA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Mecânica das estruturas: introdução e análise das estruturas isostáticas, geometria das massas, impulso e quantidade de movimento, dinâmica dos corpos rígidos.
2. Resistência dos Materiais I: Tensão. Deformação. Propriedades mecânicas dos materiais. Carga axial. Flexão. Torção. Cisalhamento transversal.
3. Resistência dos Materiais II: Cargas combinadas. Transformação de tensão. Transformação da deformação. Deflexão de vigas e eixos. Flambagem de colunas.
4. Estruturas Isostáticas: Estudo das Vigas Isostáticas; dos Pórticos Isostáticos simples e compostos; das Treliças Isostáticas; e das Cargas Móveis;
5. Estruturas Hiperestáticas: Teorema dos Trabalhos Virtuais e Cálculo das Deformações; Princípios e Métodos de Resolução das Estruturas Hiperestáticas; Morfologia das Estruturas.
6. Estruturas de Concreto Armado I: Princípios gerais do Projeto Estrutural. Critérios dos projetos e formas. Cargas atuantes nas estruturas de concreto armado. Cálculo vigas e lajes. Concreto e suas aplicações.
7. Estruturas de Concreto Armado II: Efeitos ambientais e das cargas externas nas deformações. Resistência à ruptura Proteção e aderência das armaduras; Dimensionamento e verificação de estruturas para pilares. Detalhes construtivos e detalhes das armaduras;
8. Estruturas de Madeira. Peças tracionadas. Ligações. Peças comprimidas. Vigas de alma cheia. Vigas em treliça. Ligações e apoios.
9. Estruturas de Aço: Introdução. Tensões admissíveis básicas. Ligações de peças estruturais. Peças comprimidas axialmente. Peças tracionadas. Treliças planas. Normas e especificações.
10. NBR 6118:2014. NBR 8800:2008. NBR 7190:1997.
11. Concreto Protendido: Introdução e Generalidades. Vantagens e desvantagens de sua utilização. Sistemas de Protensão. Conceitos Fundamentais do Concreto Protendido. Verificação de Tensões no Estado Limite de Utilização. Perdas de Protensão. Posicionamento dos cabos ao longo da estrutura. Verificação de Tensões no Estado Limite Último. Esforço Cortante.

12. Pontes: Conceitos gerais, classificação das pontes. Elementos básicos para o projeto. Solicitações nas pontes. Superestrutura: distribuição dos esforços no tabuleiro e vigamento principal, trem-tipo, envoltória das solicitações em pontes rodoviárias, deformações das vigas principais, dimensionamento. Mesoestrutura: esforços nos pilares, dimensionamento. Infraestrutura: fundações diretas, estacas e tubulões, Cálculo dos esforços, dimensionamento.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- HIBBELER, R. C. Estática: mecânica para engenharia. 12ª edição. Editora Pearson Prentice Hall. 2011
- FRANCISCO PAULO GRAZIANO. Projeto e Execução de Estruturas de Concreto Armado. 1ª edição. Editora Nome da Rosa, 2005. CARVALHO, Roberto Chust; Pinheiro Libânio Miranda. Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado. Volume 2, 2ª Edição. Editora Peiri, 2013.
- BOTELHO, Manoel Henrique Campos; MARCHETTI, Osvaldemar. Concreto armado eu te amo. Volume 1. 6ª edição. Editora Edgard Blücher, 2010.
- MENDES NETO, Flávio. Concreto Estrutural Avançado. 1ª edição. Editora PINI, 2010. FRANCISCO PAULO GRAZIANO. Projeto e Execução de Estruturas de Concreto Armado. 1ª edição. Editora Nome da Rosa, 2005.
- CARVALHO, Roberto Chust; Pinheiro Libânio Miranda. Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado. Volume 2, 2ª Edição. Editora Peiri, 2013.
- BEER, F. P.; JOHNSTON, E. R.; EISENBERG, E. R. Mecânica vetorial para engenheiros: Estática 9ª edição. Editora McGrawHill. 2011. MARTHA, L. F. Análise de Estruturas - Conceitos e Métodos Básicos. 1ª edição. Editora CAMPUS-RJ, 2010.
- PFEIL, W. Estruturas de Aço: Dimensionamento prático. 8ª edição. Editora LTC. 2008.
- HIBBELER, R. C. Resistência dos materiais. 7ª edição. Editora Pearson Prentice Hall, 2010.
- CHOLFE, L. ; BONILHAS, L. Concreto Protendido – Teoria e Prática. São Paulo, Ed. Oficina de Texto, 2ª ed., 2018, 360p; BASTOS, P.S. Concreto Protendido (Apostila). UNESP-BAURU. Disponível em: www.feb.unesp.br/pbastos, 2019, 231p; CARVALHO, R.C. Estruturas em Concreto Protendido – Pré-tração, Pós-Tensão, Cálculo e Detalhamento. PINI; 2ª Edição, 2017, 448p; Editora PINI.
- MARCHETTI, O. Pontes de concreto armado. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 2008, 248p. ISBN-13: 9788521204404. VALERIANO, Ricardo. Pontes. 1ª Edição, Editora Oficina de Textos. São Paulo, 2021.
- CAVALCANTE, Gustavo Henrique Ferreira. Pontes em Concreto Armado: Análise e dimensionamento. 1ª Edição, Editora Edgard Blücher Ltda. São Paulo, 2019. MENDES, L. C. Pontes. 2ª Edição Revista e Ampliada, Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói 2017.

ÁREA 08 - ENGENHARIA CIVIL – SISTEMAS CONSTRUTIVOS I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Normas ABNT. Princípios gerais de desenho técnico. Desenho universal;
2. Projeção ortogonal e Construções geométricas. Teoria elementar do desenho projetivo. Perspectivas isométricas e cavaleiras. Ponto. Reta. Plano. Sólidos. Planificação e Intersecção de sólidos;
3. Desenho de projetos arquitetônicos. Desenho das instalações complementares (hidrossanitárias, elétricas, incêndio, etc.);
4. Desenho de projetos geométrico de estradas. Desenho de estruturas (concreto, aço, madeira, etc.);
5. Aglomerantes; Agregados;
6. Dosagens de argamassa e dos concretos;
7. Controle tecnológico do concreto;
8. Propriedades dos materiais: vidros, polímeros, materiais cerâmicos, madeira, metais, betumes e materiais asfálticos, tintas e vernizes;
9. Orçamentação: apropriação e controle dos custos;
10. Ciclo PDCA. Duração das Atividades. Estrutura analítica de Projeto. Precedência. Diagrama de Rede: métodos das flechas e dos blocos. Cálculo do caminho crítico. Folgas e cronograma. Programas para desenvolvimento de diagramas de rede;

11. Contratos de construção;
12. Dimensionamento e arranjo do canteiro de obras;
13. Aquisição, controle e estocagem de materiais;
14. Gestão da qualidade, de recursos humanos e de resíduos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR – Normas Técnicas Brasileiras, Várias.
- MONTENEGRO, Gildo. Desenho Arquitetônico. São Paulo: Edgar Blücher, 2003.
- MICELI, Maria Teresa; FERREIRA, Patrícia. Desenho Técnico Básico. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 2001.
- ROCHA, A. J. F.; GONÇALVES, R. S. Desenho Técnico. Vol. I. Segunda Edição. São Paulo: Plêiade, 2007.
- FRENCH & VIERCK, Thomas E. & Charles J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. Editora Globo S.A.. 2002.
- BERTOLINI, L. Materiais de Construção - Patologia, Reabilitação, Prevenção. Ed. Oficina de Textos, 2010, 414p.
- FALCÃO BAUER, L. A. Materiais de Construção. 5ª Ed., Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos S. A., 2004, 951p. 1 e 2v.
- MATTOS, A. D. Planejamento e Controle de Obras. 1ª Edição, São Paulo: PINI, 2010.
- MATTOS, A. D. Como Preparar Orçamentos de Obras: Dicas para orçamentistas, estudos de casos e exemplos. 1ª Edição, São Paulo: PINI, 2006.
- HALPINS W. D. e WOODHEAL R. W. Administração da Construção Civil. 2ª Ed Rio de Janeiro: LTC, 2004. 348p.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO DESPORTO – CCSD

ÁREA 09 - ALIMENTOS/TÉCNICA E DIETÉTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Composição química e alterações do leite.
2. Métodos de conservação de alimentos;
3. Reações de importância em alimentos;
4. Operações de transformações físico-químicas, nutricionais e sensoriais produzidas nos alimentos;
5. Técnica dietética de cereais, massas e pães;
6. Técnica dietética de frutas e hortaliças;
7. Gestão financeira de uma unidade de alimentação e nutrição;
8. Aspectos físicos do serviço de alimentação e nutrição;
9. Ferramentas para segurança de alimentos em unidades de alimentação e nutrição;
10. Análise sensorial.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- GAVA, A. J. G.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2017.
- MEZOMO, I. B. Os serviços de alimentação: planejamento e administração. 6ª ed. Manole, 2015.
- NESPOLO, C. R.; OLIVEIRA, F.A.; PINTO, F. S. T.; OLIVEIRA, F. C. Práticas em tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ALCARDE, A. R.; D'ARCE, M. R. Marta H. Fillet SPOTO, M. H. F. Práticas em tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ORDÓÑEZ, J. A. et al. Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal. Porto Alegre: Artmed, 2005. Volume 2.

ORDÓÑEZ, J. A. et al. Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2005. Volume 1.

ORNELLAS, L. H. Técnica Dietética: Seleção e Preparo de Alimentos. 8ª ed. Atheneu, 2013.

PHILIPPI, S. T. Nutrição e técnica dietética. 4ª ed. Manole, 2019.

SILVA-JÚNIOR, E. A. Manual de Controle Higiênico-sanitário em Alimentos. 6ª ed. Varela, 1995.

TEIXEIRA, S. et al. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Atheneu, 2007.

SANTANA, H. M. P. Planejamento físico-funcional de Unidades de alimentação e Nutrição. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2012.

ABREU, E. S.; SÍNELLI, M. G. N.; PINTO, A. M. S. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer. 7ª edição. São Paulo: Editora Metha, 2019.

ÁREA 10 - CLÍNICA MÉDICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Síndromes Coronárias agudas;
2. Insuficiência Cardíaca;
3. Cirrose e suas complicações;
4. Diabetes Mellitus;
5. Principais anemias para o clínico;
6. Acidente vascular cerebral isquêmico;
7. Doença pulmonar obstrutiva crônica;
8. Lupus eritematoso sistêmico;
9. Insuficiência renal Crônica;
10. Sepsis;
11. Hipotireoidismo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Alsillo; Goldman. Cecil Tratado de Medicina Interna - 25ª Edição. Editora: Elsevier.

Consensos /diretrizes atuais referentes aos temas das aulas. Disponibilizados pelas diversas Sociedades Brasileiras de especialidades.

ÁREA 11 - CULTURA DAS ATIVIDADES FÍSICAS: ATIVIDADES RÍTMICAS E EXPRESSIVAS E GINÁSTICAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ginástica de Academia: musicalidade; estrutura e planejamento da aula;
2. Concepções teóricas e práticas da Ginástica Aeróbica e Ginástica Localizada;
3. Aulas coletivas e novas tendências;
4. Ritmo e seus elementos estruturantes;
5. Contextualização histórica e aspectos técnicos da Ginástica Rítmica;

6. Fundamentos da Ginástica Artística;
7. Estudo do movimento: tempo, espaço, peso e fluxo;
8. A Ginástica na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
9. Concepções teóricas e práticas do Mini -Trampolim e do Step;
10. Movimento Ginástico Europeu.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- RAMOS, J. J. Os Exercícios Físicos na História e na Arte: Do homem primitivo aos nossos dias. IBRASA: São Paulo.
- BROCHADO, F. A.; BROCHADO, M. M. V. Fundamentos de Ginástica Artística e de Trampolins. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- ALONSO, H. A. Pedagogia Da Ginastica Rítmica: Teoria e Pratica. São Paulo: Phorte Editora, 2011.
- ARTAXO, I. Ritmo e movimento: teoria e prática. 5. ed. - São Paulo: Phorte, 2022.
- VIDAL, A.; ANIC, C. C.; KERBEJ, M. H. A. Ginástica de Academia: aprendendo a ensinar. São Paulo: Phorte, 2018.
- TADRA, D.; VIOL, R.; ORTOLAN, S.; MAÇANEIRO, S. M. Metodologia do ensino de Artes: Linguagem da Dança. Curitiba: Editora Ibpx, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- HOPF, A. C. O.; MOURA, J. A. R. Abordagem Metodológica da Ginástica de Academia. 2. Ed. Santa Catarina: Autores Catarinenses, 2011.
- GRIFI, G. História da Educação Física e do Esporte. Porto Alegre: D.C. Luzzato, 1989.

ÁREA 12 - CULTURA DAS ATIVIDADES FÍSICAS: BASQUETEBOL, VOLEIBOL, HANDEBOL E RECREAÇÃO E LAZER

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos históricos dos esportes Basquetebol, Handebol e Voleibol;
2. Fundamentos dos esportes Basquetebol, Handebol e Voleibol;
3. Sistemas Técnicos dos esportes Basquetebol, Handebol E Voleibol;
4. Sistemas Táticos dos esportes Basquetebol, Handebol e Voleibol;
5. O Esporte e suas Dimensões Sociais;
6. Lazer, Mercado e Formação Profissional;
7. Conceitos e significados de Lazer e Recreação;
8. Características, funções e conteúdos do lazer;
9. Tempo Livre e Recreação;
10. Esporte, Lazer e Políticas Públicas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ARRUDA, L. S. G., & ISAYAMA, H. F. (2021). O mercado de trabalho no contexto do lazer e da recreação: uma análise sobre o campo de atuação profissional. *Conexões*, 19(00), e 021005. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/conex.v19i1.8659902>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- ASSIS, S. Reinventando o Esporte: possibilidades da prática pedagógica. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.
- BIZZOCCHI, C. O Voleibol de Alto Nível: da iniciação à competição. 4. ed. São Paulo: Manole, 2013.
- CARVALHO, W. Basquetebol: sistemas de ataque e defesa. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1994.
- COUTINHO, N.F. Basquetebol na Escola. Rio de Janeiro; Sprint, 2001.
- DAIUTO, M.B. Basquetebol: metodologia do ensino. São Paulo: Brasil Editora, 1983.
- DE ROSE JUNIOR, D.; FERREIRA, A. E. X. Basquetebol Técnicas e Táticas: uma abordagem didático-pedagógica. 3. ed. São Paulo: E.P.U, 2010.
- DE ROSE JUNIOR, D. Basquetebol: componentes da ação pedagógica. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: 2021. Ano da publicação. E-book. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/768/684/2542?inline=1>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- GRECO, P. J. ROMERO, J. J. F. Manual de Handebol: da iniciação ao alto nível. São Paulo: Phorte, 2012.
- ISAYAMA, H. F. (Org.). Lazer em Estudo: currículo e formação profissional. Campinas, SP: Papirus, 2010. (Coleção Fazer/Lazer).
- ISAYAMA, H.F.; PINTO, L. M. S. M.; UVINHA, R.R.; STOPPA, E.A. Gestão de Políticas de Esporte e Lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios = Sport and Leisure Policy Management: experiences, innovations, potentialities, and challenges. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.
- REYNAUD, C.; SHONDELL, D. A Bíblia do Treinador de Voleibol. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SILVA, C. L.; SILVA, T. P. Lazer e Educação Física: textos didáticos para a formação de profissionais em lazer. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Fazer/Lazer). Disponível em: <http://clubedosrecreadores.com/destaques/lazer-ed-fisica.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- SILVA, D. A. M. (Org.). Importância da Recreação e do Lazer. Brasília, DF: Gráfica e Editora Ideal, 2011. (Cadernos Interativos - elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo; v. 4). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128023>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- SIMÕES, A.C. Handebol Defensivo: conceitos técnicos e táticos. São Paulo: Phorte Editora, 2002.
- STAREPRAVO, F.A.; SOUZA, V. F. M.; MILANI, F. G. Políticas Públicas na Educação Física. Curitiba, PR: InterSaberes, 2019. (Série Corpo em Movimento)
- SUVOROV, Y. P. Voleibol: Iniciação. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
- TENROLLER, C. A. Handebol: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.
- TUBINO, M. J. G. Dimensões Sociais do Esporte. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 11)
- WAICHMAN, P. Tempo Livre e Recreação: um desafio pedagógico. Tradução Jorge Peres Gallardo. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Fazer/Lazer).
- WERNECK, C. L.G. ; STOPPA, E.A.; ISAYAMA, H. F. Lazer e Mercado. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Fazer/Lazer): Editora UFMG, 2000.

ÁREA 13 - EDUCAÇÃO FÍSICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ÁREA 14 - ENFERMAGEM NA ATENÇÃO À SAÚDE NOS DIVERSOS CICLOS DE VIDA COM ÊNFASE NA ATENÇÃO HOSPITALAR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Cuidados de enfermagem frente à necessidade de administração de medicamentos por via parenteral;
2. Cuidados de enfermagem frente à necessidade de eliminação urinária do paciente adulto;
3. Avaliação e Manejo na Assistência ao paciente com Cirrose Hepática;
4. Avaliação e Manejo na Assistência ao Paciente com Diabetes Melito;
5. Assistência de enfermagem nos períodos perioperatórios;
6. Manejo seguro de pacientes com suspeita ou diagnóstico de COVID-19 em ambiente hospitalar;
7. Assistência de enfermagem às emergências traumatológicas;
8. Atuação do Enfermeiro na Prevenção e Controle da Infecção Relacionada à Assistência à Saúde;
9. Assistência ao neonato em sala de parto e alojamento conjunto;
10. Processo de Enfermagem: Etapas, Conceitos e Sistematização.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

1. POTTER.P.A.; PERRY, A.G. Fundamentos de Enfermagem. 9.ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
2. HINKLE, J. L. CHEEVER, K. H. BRUNNER & SUDDARTH: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. Volumes 1 e 2. 13ª ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2016.
3. BRASIL. Práticas seguras para prevenção de erros na administração de medicamentos. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020. Disponível em:
https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/cartazes/cartaz_12-ggtes_web.pdf
4. CABRAL, I. E. Administração de medicamentos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002.
5. BRASIL. Cuidados no ambiente de assistência hospitalar ao paciente com suspeita ou diagnóstico de COVID-19. Ministérios da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão do Trabalho em Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Departamento de Gestão do Trabalho em Saúde, 2020. Disponível em: http://conteudosdigitais.eerp.usp.br/covid19/cuidados_covid_ms_05_05_2020.pdf
6. BRASIL. Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) 2021 a 2025. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2021. Disponível em:
https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras_2021_2025.pdf
7. BRASIL. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, 2017. Disponível em:
<https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf/view>
8. BRASIL. Atenção à Saúde do Recém-Nascido. Guia para Profissionais de Saúde. 2ª edição, vol. 2. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2014. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-dacrianca/publicacoes/atencao-a-saude-do-recem-nascido-guia-para-osprofissionais-de-saude-vol-ii/view>
9. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO-SOBECC. Práticas recomendadas. São Paulo, 2021.
10. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN 358/2009 - Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen3582009_4384.html
11. SANTOS, MN; SILVA, WP. Enfermagem no trauma: atendimento pré e intra-hospitalar. Porto Alegre: Moriá, 2019.
12. PHTLS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

13. TANNURE, M. C.; GONÇALVES, A. M. P. SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem. Guia prático. 3ª ed. Guanabara Koogan: 2019.

ÁREA 15 - ENFERMAGEM NA ATENÇÃO À SAÚDE NOS DIVERSOS CICLOS DE VIDA COM ÊNFASE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sistema Único de Saúde: Processo Histórico, Legislações e Controle Social;
2. Política Nacional de Atenção Básica e Estratégia Saúde da Família (ESF);
3. Promoção e Vigilância em Saúde;
4. Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
5. Programa Nacional de Imunização;
6. Enfermagem em Doenças Transmissíveis e Parasitárias; 7. Saúde da Criança: Atenção Integral na Atenção Básica;
8. Saúde da Pessoa Idosa;
9. Reforma Psiquiátrica Brasileira e a Rede de Atenção Psicossocial;
10. Estratégias para o Cuidado à Pessoa com Doença Crônica.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABRAHÃO, A.L., SOUZA, A.C., MARQUES, D. (Orgs.) Estratégia saúde da família: desafios e novas possibilidades para a atenção básica em saúde. Niterói: Editora da UFF, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Nota Técnica nº 04/2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Atualizada em 31 mar. 2020. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28>. Acesso em: mar. 2020.

AROUCA, A. S. S. Saúde e democracia. Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987, p. 35-47.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 18.ed. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990.

BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde/ organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Brasil, Ministério da Saúde. Portaria Ministerial no 2446/2014. Política nacional de promoção da saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html [Acesso 05.08.2019].

BRASIL. Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 2.528, de 19 de outubro de 2006.

Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília, Diário Oficial da União; Poder executivo, DF, 20 de out. 2006, seção 1, p. 142.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. Cadernos de Atenção Básica, n. 12. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. Cadernos de Atenção Básica, n. 14. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Cadernos de Atenção Básica, n. 19. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Doenças respiratórias crônicas. Cadernos de Atenção Básica, n. 25. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio Saúde da Família. Cadernos de Atenção Básica, n. 27. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde sexual e saúde reprodutiva. 1ed., 1reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Apoio à Gestão de Vigilância em Saúde. Tratamento diretamente observado (TDO) da tuberculose na atenção básica: protocolo de enfermagem. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 jun. 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde [...] e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm

BRASIL. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea : queixas mais comuns na Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volumes I e II. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. (Série A, Cadernos de Atenção Básica nº 32).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Cadernos de Atenção Básica, n. 33. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Cadernos de Atenção Básica, n. 34. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Cadernos de Atenção Básica, n. 36. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Cadernos de Atenção Básica, n. 37. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica. Cadernos de Atenção Básica, n. 35. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade. Cadernos de Atenção Básica, n. 38. Brasília: Ministério da Saúde, 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Cadernos de Atenção Básica, n. 39. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Ministerial nº 2446/2014, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS) estabelecida pela portaria nº 687 (Mar 30, 2006). Disponível em: http://promocaodasaude.saude.gov.br/promocaodasaude/arquivos/pnps-2015_final.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista. Cadernos de Atenção Básica, n. 40. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2015.

BRASIL. Portaria n.1130, de 5 de agosto de 2015. Política Nacional de Atenção Integral a criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Geral de Desenvolvimento de Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde. volume único [recurso eletrônico] – 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 03 out. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. SUPERA: Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento. 11. e 12. ed.

Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde do trabalhador e da trabalhadora [recurso eletrônico]. Cadernos de Atenção Básica, n. 41. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. Nota Informativa nº 10/2019. Atualização da recomendação sobre revacinação com BCG em crianças vacinadas que não desenvolveram cicatriz vacinal. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. – 1. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2020

BURNS D.A.R. et al (Org). Tratado de pediatria. Sociedade Brasileira de Pediatria. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CAMPOS, G.W.S et Al. (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ª ed. São Paulo/Rio de janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2012.

CAMPOS, G.W.S.; GUERRERO, A.V.P. Manual de práticas de atenção básica. Saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2013.

CARVALHO, M.R.; TAMEZ, R. Amamentação - Bases Científicas. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em saúde. Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS: livro 6, tomo I, 2013. Disponível em: http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/biblioteca/livros/colecao-progestores2013-para-entender-a-gestao-do-sus/livro6_tomo1.pdf

CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em saúde. Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS: livro 6, tomo II, 2013. Disponível em: http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/biblioteca/livros/colecao-progestores2013-para-entender-a-gestao-do-sus/livro6_tomo2.pdf

CUNNINGHAM, F.G et al. Obstetrícia de Williams. 24. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 1242p.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENNCIO(Org.). Textos de Apoio em Saúde Mental. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

FUJIMORI, E; OHARA, C.V.S; (Orgs.) Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. 1a ed. Barueri, SP – Editora Manole, Série Enfermagem, 2009.

GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2. Ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

HOCHMAN, G. (Org.) Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

KYLE, T. Enfermagem Pediátrica. 1a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011

OLIVEIRA, J.E.P. et al. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018. São Paulo, SP: Clannad, 2017.

LOWDERMILK, K. et al. Saúde da Mulher e Enfermagem Obstétrica. Trad. da 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PAIM, J.S. Reforma Sanitária Brasileira: Contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

REZENDE, J.; MONTENEGRO, C. A. B. Rezende - Obstetrícia Fundamental. 14ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2014.

ROCHA, A.A. Saúde Pública - bases conceituais. 2ª ed. –São Paulo: Atheneu, 2013.

ROUQUAYROL, M.Z.; FILHO, N.A. Epidemiologia e Saúde. 7ª Ed. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2012.

SOUZA, M.C.M.R., HORTA, N. C., Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. STUART, G; LARAIA, M. Enfermagem psiquiátrica: princípios e prática. São Paulo: Artmed Editora, 2003.

VIDEBECK, S.L. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. Koogan, 2018. RICCI, Susan Scott. Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

ÁREA 16 - FARMACOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Farmacocinética;
2. Farmacodinâmica;
3. Anti-inflamatórios não Esteroidais e Anti-inflamatórios Esteroidais;
4. Adrenérgicos Agonistas E Antagonistas Adrenérgicos;
5. Antidepressivos E Ansiolíticos;
6. Fármacos dos hipoglicemiantes;
7. Fármacos para o manejo da dislipidemia;
8. Antihipertensivos;
9. Terapia antibacteriana;
10. Analgésicos Opioides.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Brunton, L.L; Chabner BA; Knollmann BC. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12ª edição. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2012.

Rang, H. P.; Ritter, J. M.; Flower, R. J.; Henderson G. Rang & Dale. Farmacologia. 8ª edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016. 760 p.

ÁREA 17 - INFECTOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tétano;
2. Leptospirose;
3. Tuberculose;
4. HIV/síndrome de imunodeficiência adquirida;
5. Dengue;
6. Hepatites virais;
7. Malária;
8. Leishmanioses;
9. Meningoencefalites;
10. Ofidismo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 364 p. : il. ISBN 978-85-334-2696-2

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. **Guia de tratamento da malária no Brasil** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis – 2. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 84 p. : il. ISBN 978-65-5993-096-8

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância da leishmaniose tegumentar** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 189 p. : il.

NOTA INFORMATIVA Nº 13/2020-CGZV/DEIDT/SVS/MS. Acesso: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/lt/arquivos/nota-informativa-no-13-2020-cgzv-deidt-svs-ms>

Brasil. Ministério da Saúde. **Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos**. 2ª ed. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2001. 120.

VERONESI - SICILIANO/FOCCACIA. Tratado de Infectologia. 6ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2021.

BRASIL. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília, 2022.

BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais. Brasília, 2022.

BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para hepatite C e coinfeções. Brasília, 2019.

BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para hepatite B e coinfeções. Brasília, 2017.

Ferraz et. Al. Brazilian Society of Hepatology and Brazilian Society of Infectious Diseases Guidelines for the Diagnosis and Treatment of Hepatitis B. The Brazilian Journal of Infectious Diseases. v.24, n.5, p.434-451, 2020.

BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos. Brasília, 2018.

BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia pré-exposição (PrEP) de risco à infecção pelo HIV. Brasília, 2022.

BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia pós-exposição (PEP) de risco à infecção pelo HIV, IST e hepatites virais. Brasília, 2021.

Wen-Hung Wang et al. Febre hemorrágica da dengue – Uma revisão sistêmica da literatura sobre as perspectivas atuais sobre patogênese, prevenção e controle. Jornal de Microbiologia, Imunologia e Infecção Volume 53, edição 6, dezembro de 2020, páginas 963-978

ÁREA 18 - MEDICINA DA FAMÍLIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Princípios da medicina de família e comunidade;
2. Consulta e abordagem centrada na pessoa;
3. Relação clínica na prática do médico de família e comunidade;
4. Medicina baseada em evidências aplicada à prática do médico de família e comunidade;
5. Abordagem familiar;
6. Abordagem comunitária: cuidado domiciliar;
7. Saúde da criança;
8. Saúde do homem;
9. Saúde da mulher;
10. Saúde do Idoso.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

DUNCAN, B.B.; SCMIDT, M.I.; GUIGLIANI, E.R.J.; DUNCAN, M.S.; GUIGLIANI, C M. Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária baseadas em evidências. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed. 2014.

GUSSO, G.; LOPES, J.M. Tratado de Medicina de Família e Comunidade. Porto Alegre: Artmed, 2018.

ÁREA 19 - MOVIMENTO HUMANO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Movimentos realizados no complexo cintura escapular: planos e eixos de movimentos; articulações que compõe o complexo cintura escapular; movimentos realizados em cada articulação; interação de movimentos entre as articulações; ritmo escapulo-umeral; músculos agonistas, antagonistas e sinergias; músculos: origem, inserção, inervação e ação muscular;
2. Movimentos realizados pela cintura pélvica: características anatômicas: movimentos realizados; amplitudes de movimentos realizados com joelho em extensão e com joelho flexionado; paradoxo do músculo psoas; Estabilização estática e dinâmica do quadril; Valgo dinâmico de membros inferiores e a relação com quadril; músculos agonistas, antagonistas e sinergias; músculos: origem, inserção, inervação e ação muscular;
3. Coluna Vertebral e Tronco: articulações da coluna vertebral; curvaturas fisiológicas e patológicas relacionados à coluna vertebral; origem, inserção e inervação dos músculos paravertebrais e do tronco; estabilização segmentar - programas de exercícios;
4. Ginástica laboral; classificações e objetivos; instrumentos de avaliação; fases de implantação de um Programa de ginástica laboral;
5. Métodos de avaliação da composição corporal;
6. Avaliação das capacidades motoras coordenativas e das qualidades físicas;
7. Adaptações estruturais e funcionais ao treinamento: fatores que modificam a expressão da força humana e hipertrofia muscular;
8. Abordagem de saúde, doença e qualidade de vida, bem como dos principais indicadores em termos individuais e populacionais;
9. Prescrição de exercício e treinamento físico para populações especiais: diabetes, hipertensão e obesidade;
10. Sistema imune e prática de exercícios físicos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ALLSEN, H.V. Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada. São Paulo: Manole, 2001.
- DOS PEREZ, CARLOS R.; SANTOS, ANA PAULA MAURILIA; GONÇALVES, PATRICK DA S.; et al. Medidas e Avaliação em Educação Física: Porto Alegre : SAGAH, 2020.
- FERNANDES FILHO, J. A prática da avaliação física. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.
- FLECK, S J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do Treinamento de Força Muscular. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- FLOYD, R. T. Manual de cinesiologia estrutural – 19a ed. Editora Manole, 2016.
- FORD, KEVIN R. et al. An evidence-based review of hip-focused neuromuscular exercise interventions to address dynamic lower extremity valgus. Open access journal of sports medicine, v. 6, p. 291, 2015.
- FRANÇA, FÁBIO JORGE RENOVATO et al. Estabilização segmentar da coluna lombar nas lombalgias: uma revisão bibliográfica e um programa de exercícios. Fisioterapia e Pesquisa, v. 15, p. 200-206, 2008.
- KAPANDJI, A.I. Fisiologia Articular, volume 1,2 e 3. São Paulo, Ed. Panamericana, 5ª ed, 2000.
- KENNEY, W. LARRY. Fisiologia do esporte e do exercício. 5.ed. São Paulo, SP: Manole, 2013.
- LIPPERT, LYNN S. Cinesiologia Clínica e Anatomia, 6ª edição. Grupo GEN, 2018.
- MARINS, J. C. B.; GIANNICHI, R. S. Avaliação e prescrição de atividade física: guia prático. Rio de Janeiro: Shape, 1996.
- MCARDLE, D. W., KATCH, L. F., KATCH, L. V. Fisiologia do Exercício. Nutrição, Energia e desempenho humano. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- MENDES, RICARDO, A. E NEIVA LEITE. Ginástica Laboral: Princípios e Aplicações Práticas. 3ed. Editora Manole, 2012.
- NIEMAN, D. C. Exercício e Saúde. 6ª ed. São Paulo: Manole, 2010.
- OATIS, CAROL A. Cinesiologia: A Mecânica e a Patomecânica do Movimento Humano. 2ed. Editora Manole, 2014.
- PAINE R, VOIGHT ML. The role of the scapula. Int J Sports Phys Ther. 2013
- POLITO, M. Prescrição de Exercícios para Saúde e Qualidade de Vida. São Paulo: Phorte, 2010.
- POLLOCK, M. L; WILMORE, J. H. Exercício na Saúde e na Doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.
- POWERS, SCOTT K. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. I Scott K. 8. ed. Barueri: SP, Manole, 2014.
- ROCHA, P. E. C. Medidas e avaliação em ciências do esporte. 7. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.
- VAISBERG, Mauro; MELLO, Marco Túlio. Exercícios na saúde e na doença. São Paulo: Manole, 2010.

ÁREA 20 - NUTRIÇÃO HUMANA E ESPORTIVA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fisiopatologia e dietoterapia nas doenças do trato gastrointestinal;
2. Fisiopatologia e dietoterapia na obesidade;
3. Fisiopatologia e dietoterapia no diabetes mellitus;
4. Fisiopatologia e dietoterapia nas doenças renais;
5. Fisiopatologia e dietoterapia no câncer;
6. Terapia nutricional enteral e parenteral;
7. Diagnóstico Alimentar e Nutricional e a Nutrição do lactente e da criança;
8. Diagnóstico Alimentar e Nutricional e a Nutrição do adulto e idoso;
9. Dietas hospitalares;
10. Atendimento Nutricional em visita domiciliar.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BRASIL. Regulamento técnico e requisitos mínimos exigidos para terapia de nutrição parenteral. Portaria M/S 272 de 08/04/98. Diário Oficial da União, Brasília, p.2- 15, 23 abr. 1998.
- BRASIL. Regulamento técnico para a terapia de nutrição enteral. RDC nº 63, de 6 de julho de 2000. Brasília, 2000.
- CARVALHO, M. R. de. e TAMEZ, R. N. Amamentação: bases científicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- CUPPARI, L. Nutrição Clínica no Adulto. 4 ed. São Paulo: Manole, 2018. 624 p.
- DUARTE, A.C.G. Avaliação Nutricional: Aspectos Clínicos e Laboratoriais. São Paulo: Atheneu, 2007.
- MAHAN, L.K.; ESCOTT-STUMP, S. Krause Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 14 ed. Rio de Janeiro: Eusevier, 2018. 1130 p.
- PHILIPPI, S. T. Nutrição clínica: estudos de casos comentados – Barueri, SP: Manole, 2011. 371p.
- SBD. Diretrizes Sociedade Brasileira de Diabetes. São Paulo: SBD, 2022.
- SILVA, S. M. C. S.; MURA, J. D. P. Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia. 3. ed. São Paulo: Editora Paya, 2016.
- VITOLLO, M. R. Nutrição da gestação ao envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2014. 576 p.
- WAITZBERG, D. L. Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2017. 3296 p.
- WHARTON, S. et al. Obesity in adults: a clinical practice guideline. CMAJ. V. 31, n. 192, 2020.

ÁREA 21 - SEMIOLOGIA E PROPEDEÚTICA MÉDICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anamnese, interrogatório sintomatológico e história de vida;
2. Exame físico geral;
3. Exame da cabeça e pescoço;
4. Propedêutica do tórax e pulmões;
5. Propedêutica cardiovascular;
6. Propedêutica do abdome;
7. Exame do sistema músculo esquelético;
8. Propedêutica neurológica;
9. Semiologia do Idoso;
10. Semiologia da criança: do lactente ao adolescente.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- LOPEZ M., MEDEIROS, J.L. Semiologia Médica: as bases do diagnóstico clínico. 4ª edição. 2 volumes. Revinter, Rio de Janeiro, 1999.
- BENSEÑOR I.M., ATTA J.A., MARTINS M.A. Semiologia Clínica. 1ª edição. Sarvier, São Paulo, 2002.
- PORTO, Celmo Celeno. Semiologia Médica. 5ª edição. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005.
- PORTO, Celmo Celeno. Exame clínico: bases para a prática médica. 6ª edição. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2008.
- BICKLEY, Lynn S. Bates Propedêutica Médica. 10ª edição. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2013.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES - CELA

ÁREA 22 - ENSINO E APRENDIZAGEM: ÊNFASE EM DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Didática como campo de conhecimento científico, disciplina curricular e prática pedagógica;
2. A Didática como teoria do ensino e seu diálogo com as ciências com implicações na Educação;
3. Avaliação da Aprendizagem no contexto das práticas pedagógicas;
4. O processo ensino-aprendizagem e as relações entre Didática e Currículo;
5. Planejamento educacional no contexto escolar: projeto político pedagógico e planejamento de ensino e aprendizagem;
6. A pesquisa científica na formação e na prática docente;
7. A prática pedagógica como objeto de investigação e de produção de saberes docentes;
8. Os saberes da docência na constituição da profissão e profissionalidade do professor;
9. O estágio supervisionado e a relação teoria e prática na formação docente;
10. O papel da escola e da universidade no desenvolvimento do estágio supervisionado.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2001.
- ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de; OLIVEIRA, Rita N. S. (Orgs.). Alternativas no ensino de didática. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- BRZEZINSKI, Iria. Profissão Professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.
- ANDRÉ, Marli (Org.) O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 2 ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001.
- BUENO, Belmira O. et al. (Org.). A vida e o ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo: Escrituras, 1998.
- CANDAU, V. (org.). Ensinar e aprender: Sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- CANDAU, Vera. (Org.). Didática: questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.
- COSTA, Marisa Cristina Vorraber. Trabalho docente e profissionalismo. Porto Alegre-RS: Sulina, 1995.
- FRANCO, Maria Amelia Santoro. (Org.). O lugar do professor na pesquisa educacional. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2005.
- GOMES, Marineide de Oliveira (Org). Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Loyola, 2011.
- LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e aprendizagem da profissão docente. Brasília: Liber Livro, 2012.
- LUDKE, Menga. O professor e a pesquisa. Campinas: Papyrus, 2001.
- MARIN, Alda Junqueira; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). Didática: teoria e pesquisa. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2015.
- OLIVEIRA, Maria Rita S. N. (Org.). Didática: ruptura, compromisso e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- _____, (Org.). Confluências e divergências entre didática e currículo. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- PIMENTA, Selma G. (Coord.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 1996.
- PIMENTA, Selma G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

SCALLON, Gérard. Avaliação da aprendizagem numa abordagem por competências. Trad. Juliana V. Martins, Curitiba: PUCPress: 2015.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes & formação profissional. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Adla B. M. (Org.). Temas atuais em Didática. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertard, 2006.

_____. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças – por uma práxis transformadora. 7. ed. São Paulo: Libertard, 2005.

VEIGA, Ilma P. A. (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 13. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

_____; RESENDE, Lúcia Maria G. de. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 7. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes & formação profissional. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ÁREA 23 - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA: LÍNGUA FRANCESA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fonética e fonologia da língua francesa;
2. O ensino da oralidade na língua francesa;
3. O ensino da gramática na língua francesa;
4. Literatura francesa nos séculos XVI –XVII;
5. A modernidade e a literatura francesa no século XIX – XX;
6. Literatura francófona;
7. Processos de abordagem do texto literário em língua francesa;
8. História das metodologias de ensino de língua estrangeira;
9. A formação do leitor literário de língua francesa;
10. A dimensão intercultural no ensino da língua e literaturas francesas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABRY, D.; CHALARON, M. Phonétique: 350 exercices. Paris: Hachette, 1994.

_____. Méthodologie de l'enseignement de la prononciation. . Paris: Clé International, 1981.

ALBERT, Marie-Claude; SOUCHON, Marc. Les textes littéraires en classe de langue. Paris: Hachette, 2000.

ALLOUACHE, F. Réflexions à propôs des littératures dites “francophones”. Revista Letras Raras, v. 1. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2012, p. 17-28.

BAUDELAIRE, Charles. Les fleurs du mal. Paris: Garner Frères, 1957.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. Approches de la langue parlée en français. Paris: Ophrys, 2000.

BEACCO, Jean-Claude. La didactique de la grammaire dans l'enseignement du français et des langues. Paris: Didier, 2010.

BENJAMIN, Walter et al. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. Obras escolhidas. Vol. 3. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRIET, G., COLLIGE, V.; RASSART, E. La prononciation en classe. PUG, Grenoble, 2014.

CESTARO, O ensino de língua estrangeira: História e metodologia. Disponível em: <http://www.hottopos.com/rih41/75-88Selma.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

COURTILLON, Janine. Comment élaborer un cours de FLE. Paris: Hachette, 2003.

CUQU, Jean-Pierre; GRUCA, Isabelle. Cours de didactique du français langue étrangère et seconde. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2008.

FALEIROS, Rita Jover. Leitura literária no ensino do Francês Língua Estrangeira: consenso teórico, ausência na prática? Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/27394/24627>. Acesso em: 20 dez. 2018. Acesso em: 18 abr 2022.

FLAUBERT, Gustave. Madame Bovary. Paris: Larousse, 1936.

GRÉGOIRE, Maïa; THIÉVENAZ, Odile. Grammaire progressive du français – avec 600 exercices – Clé International, Paris, 2003.

KAMOUN, C.; RIPAUD, D. Phonétique essentielle du français. Didier, Paris : 2016.

LAGARDE, André; MICHARD, Laurent. Anthologie et histoire littéraire. Siècles XVI, XVII, XIX, XX. Paris: Bordas.

LANCIEN, Thierry; DE CARLO, Maddalena. L'interculturel. Paris: CLE International, 1998.

LEFFA, V.J. Metodologia do ensino de línguas. In. BOHN, H.I.; VANDRESEN, P. Tópicos em Linguística Aplicada: O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

_____. Ensino de línguas: passado, presente e futuro. Revista de Estudos da Linguagem, v. 20, n.2, p. 389-411, 2012.

MANGENOT, François; LOUVEAU, Elisabeth. Internet et la classe de langue. Paris: CLE International, 2006.

MARIZ, Josilene Pinheiro. O texto literário em aula de Francês Língua Estrangeira (FLE) (tese de doutoramento. USP, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-05052008-114942>. Acesso em: 20 mar 2022.

_____. Da necessidade de uma literatura-Mundo” no ensino do francês no Brasil. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/12186/7580>

PROUST, Marcel. Du côté de chez Swann. Paris: Gallimard, 2000. MIQUEL, Claire. Grammaire en dialogues. Clé International, Paris, 2007.

MIQUEL, Claire. Communication progressive du français – avec 270 exercices – Paris: Clé International, 2004.

NOGUEIRA, Luciana Pesice (Org.). Literaturas francófonas I: O século XX em debate. Disponível em: http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_tfc_liter... Acesso em: 20 mar 2022.

NONY, Danièle; ANDRE, Alain. Littérature française Histoire et Anthologie. Paris: Hatier, 1987.

WACHS, S. Tendances actuelles en enseignement de la prononciation du français, langue étrangère (FLE). Revista de Linguas Modernas, n. 14, 2011. 183-196. WELP, A.K.S. A.

ÁREA 24 - LINGUÍSTICA APLICADA À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Educação Bilíngue para Surdos;
2. Ensino de Português como Segunda Língua para Surdos;
3. Ensino de Libras;
4. Aspectos fonético-fonológicos da Libras;
5. Aspectos Morfológicos da Libras;
6. Aspectos sintáticos da Libras;
7. Aspectos semânticos e pragmáticos da Libras;
8. Aspectos lexicais da Libras;
9. Libras e Iconicidade;
10. Escrita de Sinais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de sinais sem mistério. 2 ed. rev., ampl. e atual. Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.
- BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida et al. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior. Caderno IV – ensino médio. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021.
- CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva et al. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior. Caderno V – ensino superior. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021.
- FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia et al. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior. Caderno Introdutório. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021.
- FELIPE, Tanya Amaral. Libras em Contexto: curso básico. Livro do professor. 8.ed. Rio de Janeiro :Editora Wallprint, 2008.
- QUADROS, Ronice Müller de. Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodernir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SILVA, Ivani Rodrigues et al. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior. Caderno III – ensino fundamental (anos finais). Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021.
- SOUSA, Alexandre Melo de. Toponímia em Libras: pesquisa, ensino e interdisciplinaridade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.
- STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (orgs). Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior. V. 1. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021.
- STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (orgs). Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior. V. 3. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021.
- STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (orgs). Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior. V. 4. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021.
- STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (orgs). Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior. V. 5. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021.

ÁREA 25 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Condicionamento Operante de Skinner e suas contribuições à educação;
2. Epistemologia Genética de Piaget e suas contribuições à educação;
3. Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky e suas contribuições à educação;
4. Psicogênese da Pessoa Completa de Wallon e suas contribuições à educação;
5. Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner e suas contribuições à educação;
6. Aprendizagem Significativa de Ausubel e suas contribuições à educação;
7. Psicanálise e educação;
8. Atenção, memória e aprendizagem;
9. Motivação, ensino e aprendizagem;
10. Contextos sociais e desenvolvimento socioemocional.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- AUSUBEL, David; NOVAK, Joseph; HANESIAN, Helen. **Psicologia educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- CARRARA, Kester (Org.) **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e educação**: psicologia da educação escolar. Tradução Fátima Murad. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GARDNER, Howard. **Inteligência**: um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a educação**: o mestre do impossível. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.
- LA ROSA, Jorge (Org.). **Psicologia e educação**: o significado do aprender. 8. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- LEFRANÇOIS, Guy R. **Teorias da aprendizagem**: o que o professor disse. Tradução Solange Aparecida Visconte. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- MORAL, Elaine; VERCELLI, Ligia. (Orgs.). **Psicologia da Educação**: múltiplas abordagens. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1999.
- PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**. Tradução Álvaro Cabral. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 12. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1984.
- SANTROCK, John W. **Psicologia educacional**. Tradução: Denise Durante; Mônica Rosemberg; Taís Silva Monteiro Ganeó. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.
- VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins fontes. 2007.

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH

ÁREA 26 - ANTROPOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teorias Antropológica clássicas;
2. Teorias Antropológica modernas;
3. Sociedade e natureza;
4. Antropologia do Brasil;
5. Etnologia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Cultura” e cultura. Conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. Cultura com Aspas. São Paulo, Cosac & Naif, 2010.
- CASTRO, Celso. Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.19pp.
- CASTRO, Celso (org.). Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- CLASTRES, Pierre. Cap. 11. A Sociedade contra o Estado. A Sociedade Contra o Estado. São Paulo: Cosac & Naif, 2014.

- EVANS-PRITCHARD, E.E. [1937]. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2. ed., 2005.
- GEERTZ, Clifford. 1973. Cap. 1. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984, p. 223-244.
- INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. Do original: Humanity and Animality, in Tim Ingold (ed.), Companion Encyclopedia of Anthropology. Londres, Routledge, 1994, pp. 14-32. Tradução de Vera Pereira. Disponível em: http://www.biolingagem.com/ling_cog_cult/ingold_1994_humanidade_animalidade.pdf
- KOPENAWA, Davi. Descobrimos os brancos. NOVAES, Adauto. A outra margem do Ocidente. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999. Pp. 15-22.
- LATOUR, Bruno. Introdução. Reagregando o social. Uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: EdUFBA, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. O Pensamento Selvagem. São Paulo: Papirus, 2007.
- MAUSS, M. O ensaio sobre a dádiva. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). Artigos • Mana 3(1) <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>
- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). Artigos
- STRATHERN, Marilyn. A relação. O Efeito Etnográfico. São Paulo: Cosac & Naif, 2014.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac&Naif, 2002.
- WAGNER, Roy. A cultura como criatividade. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac & Naif, 2010.

ÁREA 27 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Epistemologia behaviorista;
2. Princípios fundamentais da análise do comportamento;
3. Princípios fundamentais da teoria cognitivo-comportamental;
4. Viés sociocultural das teorias comportamentais, dos comportamentos imitativos e modelos sociais;
5. Princípios de aprendizagem aplicados ao comportamento humano;
6. Processos psicológicos básicos;
7. Processos psicológicos superiores;
8. Medidas de avaliação em Psicologia;
9. Métodos de pesquisa em Psicologia;
10. História da Psicologia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BANDURA, A.; AZZI, R. G. & POLYDORO, S. Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BECK, A. T., Freeman, A., & Davis, D. D. Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CATANIA, C. Aprendizagem. Comportamento, linguagem e cognição. Porto Alegre: Artmed.
- CUNHA, J. A.; Freitas, N. K.; Raymundo, M. G. B. Psicodiagnóstico V. 5.ed. Rev. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.
- EYSENK, M. W.; Reane, M. T. Psicologia cognitiva: manual introdutório. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994
- PASQUALI, Luiz. Psicometria. Petrópolis: Vozes, 2008.

MASSIMI, Marina. História da Psicologia no Brasil do Século XX. São Paulo: EPU, 2004.

SKINNER, Bhurrus F. Ciência e Comportamento Humano. Tradução J.C. Todorov. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOURINHO, Emmanuel Zagury. Análise do Comportamento - Investigações Históricas, Conceituais e Aplicadas. Roca, 2010.

VILLEMOR-AMARAL, A. E., WERLANG, B. S. G. (Orgs.). Atualizações em Métodos Projetivos para Avaliação Psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ÁREA 28 - FILOSOFIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Pré-socráticos, A Filosofia Pré-socrática;
2. Platão, A República, Livro I;
3. Santo Agostinho, Confissões: De Magistro, Livro VII;
4. Mary Wollstonecraft, Protofeminismo: uma luta contra a opressão;
5. Hannah Arendt, A banalização do mal;
6. Simone de Beauvoir, Androcentrismo e a construção social de gênero;
7. Gottlob Frege, Sobre o sentido e a referência;
8. Bertrand Russell, Verdade e Falsidade;
9. John L. Austin, Quando dizer é fazer: palavras e ação;
10. Judith Butler, A representação da alteridade em tempos midiáticos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AGOSTINHO, Santo. Confissões: De Magistro. Tradução de J. Oliveira Santos, S. J. e A. Ambrósio de Pina. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Coleção Os Pensadores);

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;

AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Tradução e apresentação de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990;

BEAUVOIR, Simone de. O segundo Sexo: Fatos e Mitos. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980;

BUTLER, Judith. Vida precária: Os poderes do luto e da violência. Tradução Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019;

FREGE, G. In: ALCOFORADO, Paulo (Ed.). Lógica e Filosofia da Linguagem – Gottlob Frege. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2ª ed. amp. e rev. São Paulo: Edusp, 2009. p. 129-158;

PLATÃO. A República. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004;

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990 (Coleção Filosofia). p. 29-70;

RUSSELL, B. In: MURCHO, Desidério (Ed.). Bertrand Russell – Os problemas da Filosofia. Introdução, tradução e notas de Desidério Murcho. Coimbra: Edições 70, 2008, p. 179-189;

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016;

(* Não excluem outras edições das referidas obras).

ÁREA 29 - GEOGRAFIA FÍSICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Bases epistemológicas da Geografia;
2. Mudanças climáticas e aquecimento global: visões divergentes sobre uma mesma temática;
3. Tempo e clima no Brasil;
4. Domínio morfoestrutural das bacias sedimentares e coberturas inconsolidadas pliopleistocênicas;
5. Níveis de integração nos estudos Biogeográficos;
6. Princípios gerais da Biogeografia;
7. Paleoclimas da Amazônia: Pesquisas e Evidências;
8. As formas de relevo, os sistemas morfoclimáticos e a divisão morfoclimática do Brasil;
9. Hidrologia de encosta na interface com a Geomorfologia;
10. Morfometria de Bacias Hidrográficas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AYOADE, J. O. Introdução à Climatologia para os Trópicos. São Paulo: Difel, 1986.
- CASSETI, V. Ambiente e apropriações do relevo. São Paulo: Contexto, 1991.
- CAVALCANTI, I. F. A. (org.). Tempo e clima no Brasil. Oficina de textos, 2016.
- CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.
- CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.
- CHRISTOFOLETTI, A. Análise morfométrica de bacias hidrográficas. *Notícia Geomorfológica*, v. 9, n.18, p. 35-64, 1969.
- DA VEIGA, J. E. Aquecimento Global: frias contendas científicas. Senac, 2008.
- DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. São Paulo: Difel, 1986.
- FERREIRA, C. C. & SIMÕES, N.N. Evolução do Pensamento Geográfico. Lisboa: Gradiva, 1986.
- FLANNERY, T. F. Os senhores do clima. (Trad.) Jorge Calife. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FLORENZANO, T. G. (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- GREGORY, K. J. A Natureza da Geografia Física (Tradução Eduardo de Almeida Navarro). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- LEITÃO, C. M. Novos rumos da biogeografia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Pág. 445-472. Ano VII. Julho-setembro/1945.
- MARUYAMA, S. Aquecimento global? (Trad. Kenitiro Suguio). São Paulo: Oficina de textos, 2009.
- MORAES, A.C.R. Geografia – pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MOTA, J.A. O Valor da Natureza: economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- ODUM, E. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2000.
- PENTEADO, M.M. Fundamentos de Geomorfologia. Rio de Janeiro: FIBGE, 1980.
- RANZI, A. Paleoecologia da Amazônia: Megafauna do pleistoceno. Florianópolis: UFSC, 2000.
- REVISTA CIÊNCIA HOJE. Paleoclimas da Amazônia. Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Vol. 16, Nº 93, agosto de 1993.

- RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza (Tradução de Pedro Paulo de Lima-e-Silva). Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2003.
- RITTES, M. J. C. Paleoclimas. In: Cadernos da PUC/RJ Estudos Históricos e Geográficos. Pág. 38-53. Caderno nº 21. janeiro/74.
- ROMARIZ, D. de A. Biogeografia: temas e conceitos. São Paulo: Scorteccei, v. 200, 2008.
- ROSS, J.L.S. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. São Paulo: Contexto, 1990.
- ROSS, J.L.S. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1995.
- SOUZA, C.R.G., SUGUIO, K., OLIVEIRA, A.M.S., & OLIVEIRA, P.E.O. Quaternário do Brasil. Ribeirão Preto: Holos, 2005.
- TRICART, J. Ecodinâmica. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

ÁREA 30 - GEOGRAFIA HUMANA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Região, espaço e território e suas articulações práticas;
2. Região e regionalização: abordagens analítico-conceituais;
3. Políticas públicas: do debate regional ao debate territorial;
4. Região: economia, política e cultura;
5. Divisões regionais no Brasil: critérios e escalas;
6. Amazônia, fronteira e desenvolvimento econômico;
7. Amazônia: o quadro natural, a organização social e infraestrutura;
8. Geopolítica dos Recursos Naturais e fronteira na geografia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BECKER, Bertha K. Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A.G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da; CORREA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CORREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. Trajetórias geográficas. 3a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEORGE, Pierre. Geografia Econômica. São Paulo: Difel, 1983.
- LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo: Ática, 1996.

ÁREA 31 - NOVAS MÍDIAS E IMAGENS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A importância da Imagem no Jornalismo;
2. A Edição de Imagens no Jornalismo;
3. A Ética na edição de imagens no jornalismo;
4. Princípios da Comunicação Visual: A mensagem visual;
5. As especificidades da diagramação de jornais e revistas;
6. O jornal laboratório como espaço de experimentação para o planejamento gráfico;
7. O mercado editorial brasileiro;
8. A importância da pré-produção no projeto gráfico;
9. A construção da identidade visual no planejamento gráfico;
10. O ensino do planejamento gráfico na Universidade.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BAER, Lorenzo. Produção Gráfica. São Paulo, Senac: 2004.
- BUSSELLE, Michael. Tudo Sobre Fotografia. São Paulo, Book RJ: 1979.
- CAMARGO, Márcio (Org.). Gráfica: Arte e Indústria No Brasil 180 anos de história. São Paulo, Bandeirantes: 2003.
- COLLARO, Antonio Celso. Produção Visual e Gráfica. São Paulo, Summus: 2005.
- COLLARO, Antonio Celso. Projeto Gráfico: teoria e prática da diagramação. São Paulo, Summus:2000.
- DONDIS, Donis A. Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo, Martins Fontes : 1997.
- FALLEIROS, Dario Pimentel. O Mundo Gráfico da Informática. São Paulo, Futura: 2003.
- FERREIRA JUNIOR, José. Capas de Jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico-visual. São Paulo, Senac: 2003.
- KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo, Ateliê: 2001.
- SEPAC - Serviço à Pastoral da Comunicação. Jornal Impresso: da forma ao discurso. São Paulo, Paulinas: 2003.
- LOPES, Dirceu Fernandes. Jornal Laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor. São Paulo. Editora Summus, 1992.
- MUNARI, Bruno. Design e Comunicação Visual. São Paulo, Martins Fontes: 1997. 5.
- PATRÍCIO, Djalma José. Editoração Gráfica: aprenda fácil. Blumenau, Edifurb: 2005.
- RAMALHO, José Antonio. Escola de Fotografia. São Paulo, Futura: 2004.
- RAMALHO, José Antonio. Fotografia Digital. Rio de Janeiro, Elsevier: 2004.
- RIBEIRO, Milton. Planejamento Visual Gráfico. Brasília, LGE Editora: 2003.
- SANTOS, Newton Paulo Teixeira dos. A Fotografia e o Direito do Autor. São Paulo, EUD: 1990
- SENAC-DN. Fotógrafo: o olhar, a técnica e o trabalho. Rio de Janeiro, Senac: 2004.
- SILVA, Rafael Souza. Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo, Summus: 1947.
- SOUZA, Jorge Pedro. Fotojornalismo. Florianópolis, Letras Contemporâneas: 2004.
- TRIGO, Thales. Equipamento Fotográfico: teoria e prática. São Paulo, Senac: 2005.
- VASQUEZ, Pedro Kart. A Fotografia no Império. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2002.
- WILLBERG, Hans Meter. Primeiros Socorros em Tipografia. São Paulo, Rosari: 2007.

*Obs.: A listagem acima é apenas indicativa e não restringe a busca de outras fontes bibliográficas

ÁREA 32 - PSICOLOGIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História da Psicologia Social;
2. Representações Sociais: teoria e aplicabilidade;
3. Aspectos Teórico-metodológicos em Psicologia Social;
4. Psicoterapia Breve e o Modelo de Clínica Ampliada;
5. Psicologia Social e Políticas Públicas: a atuação do/a psicólogo/a nas políticas públicas;
6. Perspectivas em Psicologia Institucional;
7. História e Intervenções em Psicologia Social Comunitária;
8. Psicologia Social e Políticas Públicas: a importância da interseccionalidade para prática profissional do/a Psicólogo/a;
9. Psicologia e Trabalho: o trabalho na sociedade contemporânea;
10. Aspectos Psicossociais do Desenvolvimento Humano.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- AZEVEDO, Maria Alice S. B. de. Psicoterapia dinâmica breve: saúde mental comunitária. São Paulo: Rima, 2004.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações, Londrina*, 20(2), 27-55, julho-dezembro.
- CAMINO, Leoncio; TORRES, Ana Raquel Rosas; LIMA, Marcos Eugenio Oliveira; PEREIRA, Marcos Emanuel. *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília: Tecnopolitik, 2011.
- CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia*. 5ª ed. Campinas: Alínea, 2015.
- CAMPOS, Regina Helena Freitas (Org.). *Psicologia Social Comunitária*. 10.ed. São Paulo: Vozes, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estudos feministas*, 10(172), 171-188, 2002.
- DÉJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*. São Paulo, Cortez/Oboré, 1987.
- FARR, Robert Maclaughlin. *As Raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1992
- GUARESCHI, Pedrinho Arcides. *Psicologia Social: A Perspectiva Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GUIRADO, Marlene *Psicologia Institucional*. 2.ed. São Paulo: EPU, 1987. Janeiro, 1982.
- LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- THIOLLENT, Michel *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch, *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológico superiores*. 6ª ed. São Paulo: Martin Fontes. 1998. 191p.
- YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicol. Soc., Porto Alegre*, v. 19, n. 1, p. 30-37, Apr. 2007.
- YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. *Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos*. *Psic.: Teor. e Pesq., Brasília*, v. 26, n. spe, p. 9-24, 2010.

ÁREA 33 - RADIOJORNALISMO / TELEJORNALISMO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Características da linguagem jornalística no rádio;
2. Organização e construção do texto radiofônico;
3. História e perspectivas do rádio e o seu papel frente às novas mídias;
4. Rádio, política e relações de poder;
5. Radiojornalismo e internet;
6. Telejornalismo e as características econômicas, políticas e culturais do Brasil;
7. A construção da notícia na TV: pauta, produção, reportagem, captação de sonoras e imagens, redação e edição;
8. Telejornalismo e novas tecnologias;
9. Características do texto de Telejornalismo;
10. Ética em Radiojornalismo e Telejornalismo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. Manual de telejornalismo: os segredos da notícia na TV. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. Manual de Jornalismo para Rádio, TV e Novas mídias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- BISTANE, Luciana. Jornalismo de TV. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg a Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BUCCI, Eugênio. Brasil em tempo de TV. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.
- CANCHO, Candida Vilares - Como analisar narrativas. S. Paulo: Ed. Ática, 1995.
- DIZARD Jr, Nilson. A nova mídia: comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FERRARETO, Luiz Arthur - Rádio: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzato, 2000.
- HABERMAS, Jürgen – Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- MACHADO, Arlindo. A televisão levada a sério. São Paulo: Senac, 2003.
- MATTOS, Sérgio. História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MEDITSCH, E. (org.) O rádio da era da informação - teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: Insular UFSC, 2001.
- ORTRIWANO, G. S. A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 3 ed. São Paulo: Summus, 1985.
- PATERNOSTRO, Vera Iris. O texto na TV. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- PRADO, E. Estrutura da informação radiofônica textual. São Paulo: Contexto, 1990.
- SAMPAIO, Mário Ferraz. História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo (memórias de um pioneiro). Campo dos Goytacazes/Rio de Janeiro: Ed. Fenanorte, 2004.
- SODRÉ, M. O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SQUIRRA, S. Aprender telejornalismo produção e técnica. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- STEINBERG, Charles S. (org.) – Meios de comunicação de massa. S. Paulo: Ed. Cultrix, 1970.

*Obs.: A listagem acima é apenas indicativa e não restringe a busca de outras fontes bibliográficas

ÁREA 34 - TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Escola Histórica Alemã e Historicismo no século XIX;
2. História Social: Tradição Marxista Inglesa e a Escola de Frankfurt;
3. A Escola dos Annales, suas fases e correntes (Interdisciplinaridade/Micro História/ Nova História/Tempo presente);
4. A historiografia revisitada: Estudos Culturais e decolonialidade.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Vol. II). Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004;
- K. BHABHA, Homi K. O local da Cultura. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1988;
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da História, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001;
- BURKE, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929 – 1989 - São Paulo – SP: UNESP, 1991;
- BURKE, Peter. A Escrita a história: novas perspectivas / Peter Burke (org.); São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. - (Biblioteca básica);
- BOURDÉ, Guy; MARTAN, Hervé. As escolas históricas. Portugal: Publicações Europa-América, 2003;
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia, Rio de Janeiro, Campus, 1997;
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005;
- DOSSE, François. A história em migalhas: dos “Annales” à “nova História”, São Paulo: Editora Unicamp, 1992;
- DUSSEL, Enrique. Eurocentrismo y Modernidade (Introducción a las lecturas de Frankfurt), 2014. In: MIGNOLO, W. (Org.). Capitalismo e geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación em el. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014;
- FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008;
- GARDINER, Patrick. Teorias da História. Portugal, Lisboa, 4ª ed. Fundação Calouste Gulbernkian, 1995. GINZBURG, Carlo;
- HAAL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016;
- LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005;
- LANDULFO, Cristiano; MATOS, Doris (Orgs.). Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022;
- LE GOFF, Jacques. A História Nova, 4ª edição, São Paulo, Editora: Martins Fontes. 1998;
- MARTINS, Estêvão de Rezende (Coord.) - História Pensada. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2010;
- MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1967;
- MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. Revista Lusófona de Educação, 48, 187-224 doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle48.12;
- PARADA, Maurício (org.), Os historiadores clássicos da história, vol. 2: de Tocqueville a Thompson – Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2012;

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: Dossiê América Latina. Universidade de São Paulo (USP), Revista Estudos Avançados 19 (55), 2005, pp. 9-31. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/744>;

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981;

REIS, José Carlos, História & Teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003;

REIS, Jose Carlos. Escola dos Annales – a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra: 2000.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS - CEL

ÁREA 35 - DIDÁTICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Didática, o currículo e prática pedagógica na escola.
2. A Didática como teoria do ensino e sua relação com as ciências.
3. Didática: planejamento e avaliação da aprendizagem.
4. O processo ensino-aprendizagem e as relações entre Didática e Currículo Escolar.
5. Planejamento educacional no contexto escolar: o projeto político pedagógico, o planejamento de ensino e o processo ensino e aprendizagem.
6. Didática e Estágio Supervisionado na educação escolar.
7. Didática e as perspectivas multi/intercultural na educação escolar.
8. Didáticas e as relações teoria e prática.
9. A Didática na formação do professor.
10. A Didática e os saberes da docência nos diversos contextos e situações.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional**: regulação e emancipação; para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágios Supervisionados na Formação Docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

ANDRÉ, Marli (Org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de; OLIVEIRA, Rita N. S. (Orgs.). **Alternativas no ensino de didática**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão Professor**: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.

CANAU, Vera. (Org.). **Ensinar e aprender**: Sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANAU, Vera Maria (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANAU, Vera. (Org.). **Didática**: questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FRANCO, Maria Amelia Santoro. (Org.). **Pedagogia e Prática Docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

- FRANCO, Maria Amelia Santoro. (Org.). **Práticas Pedagógicas: pesquisa e formação.** São Paulo: Loyola, 2017.
- FREITAS, Helena Costa L. de. **O Trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios.** Campinas, SP: Papirus, 1996.
- FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática.** Campinas/SP: Papirus, 1995.
- GOMES, Marneide de Oliveira (Org.). **Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão.** São Paulo: Loyola, 2011.
- HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada.** Porto Alegre: Artmed, 1997.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente.** Brasília: Liber Livro, 2012.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARIN, Alda Junqueira; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). **Didática: teoria e pesquisa.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2015.
- MORIN, E. **Ciência com consciência.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Rita S. N. (Org.). **Confluências e divergências entre didática e currículo.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- OLIVEIRA, Maria Rita. **A reconstrução da didática.** São Paulo: Papirus, 1992.
- OLIVEIRA, Maria Rita. **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa.** São Paulo: Papirus, 1993.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.
- PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- PERRENOUD, Philippe. **A prática Reflexiva no Ofício de Professor: profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** Campinas: Papirus, 1991.
- PIMENTA, Selma G. (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal.** São Paulo: Cortez, 1997.
- PIMENTA, S. G. (coord.) et al. **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- PIMENTA, Selma G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 2000.
- PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004.
- RAYS, Osvaldo Alonso (Org.). **Trabalho Pedagógico: Realidades e perspectivas.** Porto Alegre: Sulina, 1999.
- SCALLON, Gérard. **Avaliação da aprendizagem numa abordagem por competências.** Trad. Juliana V. Martins, Curitiba: PUCPress: 2015.
- SILVA, T.T. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Orgs.). **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- TEIXEIRA, Adla B. M. (Org.). **Temas atuais em Didática.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- TEIXEIRA, Adla B. M. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças – por uma práxis transformadora.** 7. ed. São Paulo: Libertad, 2005.
- TERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. (Orgs.). **Artesão de um outro ofício: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar.** São Paulo: Annablume: Fortaleza/Ceará, 2000.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico.** 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.
- VEIGA; RESENDE, Lúcia Maria G. de. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 7. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.
- VEIGA, Ilma Passos. A. (Org.). **Didática: o ensino e suas relações.** 13. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político Pedagógico: uma construção Possível**. 17. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos. **A prática pedagógica do professor de Didática**. São Paulo: Papirus. 1990.

VEIGA, Ilma Passos. **Repensando a didática**. São Paulo: Papirus. 1987.

WACHOVICZ, Lilian Ana. **O método dialético na didática**. São Paulo: Papirus. 1989.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, 2014.

Dentre outros, que falem dos temas.

ÁREA 36 - TEORIA DA LITERATURA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A problemática do conceito de literatura na contemporaneidade;
2. Presença do fantástico na literatura latino-americana;
3. Literatura e jornalismo: fronteiras na literatura brasileira;
4. Entre literatura e cultura brasileiras: tradição, patrimônio popular e modernidade cultural;
5. O romance, a literatura moderna e a classe burguesa;
6. A problemática da poesia moderna;
7. Aspectos das literaturas lusófonas africana
8. Ensino de literatura: uma crise da experiência estética?

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. Teoria da literatura. Coimbra: Almedina, 1990.

AUERBACH, E. Na mansão de La Mole. In Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ÁVILA, Affonso (org.). O modernismo. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1993.

BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski. São Paulo: Hucitec, 2002.

BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

CARVALHO, J. C. Ensaios teórico-críticos. Curitiba, PR: Appris, 2017.

CARVALHO, J. C. Amazônia Revisitada: de Carvajal a Márcio Souza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

COELHO, J.P. Diversidade e unidade em Fernando Pessoa. 10.ed. Lisboa: Verbo, 2000.

EAGLETON, T. Teoria da literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LUKÁCS, G. A teoria do romance. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009.

PORTELLA, E. Org. Teoria literária. 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

SAMUEL, R. Org. Novo manual de teoria literária. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

SARAIVA, J. S; LOPES, O. História da literatura portuguesa. 13 ed. Porto: São Paulo: Ática, 1982.

NUNES, B. O ensino da literatura hoje. Revista Fronteiraz, n. 14. 2015.

CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CMULTI

ÁREA 37 - DIREITO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. normas fundamentais, Processo de conhecimento e processo de execução;
2. processos nos tribunais e procedimentos especiais;
3. direito individual e coletivo do trabalho;
4. Princípios, competência, procedimento comum e recursos no processo do trabalho;
5. princípios da economia e micro e macroeconomia;
6. Direito Civil: pessoas, bens e atos e obrigações;
7. Contratos em geral e contratos em espécie;
8. Noções de direito administrativo, Lei 866/93 e lei 8429/91;
9. A relação teoria, métodos e técnicas na pesquisa;
10. planejamento e elaboração de projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ASSIS, Araken de. Manual de execução. São Paulo: RT, 2017,

BUENO, Cassio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 2016

DIDIER JR, Fredie. Curso de direito processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais. Salvador. Juspodivm, 2016

_____, Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. Salvador. Juspodivm, 2016, v.1.

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual Civil. Rio de Janeiro: Atlas, 2017

MARINONI, Luiz Guilherme. Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo: RT, 2016

NERY JUNIOR, Nelson. Comentário ao código de processo civil: Lei 13.105/2015. São Paulo: RT, 2015

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Salvador. Juspodivm, 2016

RIO, Marcus Vinícios Gonçalves, LENZA, Pedro. Direito processual civil esquematizado. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil. São Paulo: RT, 2016, VI

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 30. Ed. São Paulo: Atlas, 2016

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2016

MELLO, Celso Antônio Bandeira de . Curso de direito administrativo. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

Costa, Armando Casiniro, Claro, Sônia regina da S., Iranu e Martins, Mechialdes Rodrigues, CLT – LTr. 42ed., São Paulo: LTr, 2014.

DELGADO. Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho 13.ed. São Paulo: LTr 2017

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. História do direito do Trabalho no Brasil. São Paulo: LTr 2017.

Mankiw, Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. 3 ed São Paulo: Campus 2005.

Pindyck, Robert S; Rubinfeld, Daniel L. Microeconomia. 7 ed. São Paulo: Makron Books, 2010.

Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: parte geral . 9ed. São Paulo: Saraiva, 2011

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010
- BACHELARD, Gaston. A epistemologia. Rio de Janeiro Edições 70, 1993, 220p.
- SCHIAVE, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. 8. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito Civil. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013, V.II
- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. 30.ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
- ALVES, Danilo Scramin. A teoria geral do direito processual do trabalho: uma análise a partir do acesso à Justiça do Trabalho. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 23. Ed. Perspectiva, 2010.
- Berger, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis Vozes, 2014.

ÁREA 38 - ENFERMAGEM NA ATENÇÃO À SAÚDE NOS DIVERSOS CICLOS DE VIDA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Modelos de atenção em saúde mental e a rede de atenção psicossocial;
2. Projeto terapêutico singular como estratégia de cuidado em saúde mental e saúde coletiva;
3. Saúde integral da população negra e os cuidados de enfermagem a população negra;
4. Sistema único de saúde: processo histórico, legislações e controle social;
5. Semiologia: histórico de enfermagem e exame físico geral;
6. Cuidados de enfermagem na administração de medicamentos: administração por via oral; intramuscular, intravenosa, subcutânea; sublingual, tópica e intradérmica;
7. Enfermagem na unidade de centro cirúrgico: assistência no pré, intra e pós-operatório;
8. Distúrbio e modalidade de cuidados referente ao paciente com diabetes;
9. Assistência de enfermagem ao recém-nascido na sala de parto;
10. Boas práticas obstétricas e assistência de enfermagem nos períodos clínicos do parto.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BARROS, A.L.B.L. **Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- BAPTISTA, J.A.; CAMATTA, M.W.; FILIPPON, P.G.; SCHNEIDER, J.F. Projeto terapêutico singular em saúde mental: uma revisão integrativa. **Rev Bras Enferm**. 2020;73(2):e20180508. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0508>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica: Saúde Mental [Internet]**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013 (Caderno de Atenção Básica, nº 34). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf. Acesso em 26/12/2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/111276-3088.html>. Acesso em 26/12/2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS** [Internet]. 3a ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2017. 44 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em 26/12/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Anexo 03: Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/protocolo-de-seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos/view>. Acesso em 26/12/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/manual_do_pe_diabetico.pdf. Acesso em 26/12/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – Conitec. **Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal.** Relatório de recomendações. Brasília, 2016.

COSTA-ROSA, A. **O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar.** In: AMARANTE, P. (org.). Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Coleção Loucura & Civilização. pp. 141-168. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/htgj>. Acesso em 28/12/2022.

FURTADO, L.A.C. **Reflexão 1. Gestão em rede: o que estamos chamando de cuidado?** In: SILVEIRA, L.T.; TUBONE, M.M. (orgs.). Projeto Ativadores: fortalecimento das regiões de saúde e da capacidade de gestão municipal. São Paulo: Pyxis Editorial, 2019. (Série Caderno Cosems / SP; v. 5; 112 p.) pp 64-67. Disponível em: <https://www.cosemssp.org.br/noticias/cosems-sp-lanca-seu-5o-caderno-projeto-ativadores-fortalecimento-das-regioes-de-saude-e-da-capacidade-de-gestao-municipal/>. Acesso em 26/12/2022.

LIMA, B.S.; ANTONIO, M.A.R.L.; SILVA, B.P.; SOUZA, E.S. **Cuidados de Enfermagem a População Negra.** In: ROCHA, E.S.C.; TOLEDO, N.N.; PINA, R.M.P.; PEREIRA, R.S.F.; SOUZA, E.S. (Orgs). Enfermagem no cuidado à saúde de populações em situação de vulnerabilidade. Brasília, DF: Editora ABen; 2022. p. 40-54. Disponível em: <https://doi.org/10.51234/aben.22.e11.c04>. Acesso em 26/12/2022.

NETTINA, S.M. **Prática de enfermagem.** 10ª ed. Rio De Janeiro: Guanabara, 2016.

ÁREA 39 - MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Funções de primeiro e segundo grau;
2. Logaritmos;
3. Trigonometria no triângulo retângulo;
4. Números reais e suas operações;
5. Razões, proporções e regra de três;
6. Porcentagem;
7. Área de figuras planas;
8. Volume de poliedros regulares;
9. Unidades de medidas;
10. Equação analítica da reta.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

DANTE, L. R. **Matemática: Contexto e aplicações.** Vol. 1. São Paulo: Ed. Ática, 2016.

DANTE, L. R. **Matemática: Contexto e aplicações.** Vol. 2. São Paulo: Ed. Ática, 2016.

DANTE, L. R. **Matemática: Contexto e aplicações.** Vol. 3. São Paulo: Ed. Ática, 2016.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de matemática elementar, Vol. 1.** 7. ed. São Paulo: Atual, 1999.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de matemática elementar, Vol. 2.** 9. ed. São Paulo: Atual, 2004.

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar, Vol. 3.** 8. ed. São Paulo: Atual, 2004.

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar, Vol. 7.** 8. ed. São Paulo: Atual, 2004.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; DEGENSZAJN, D.; PÉRIGO, R. **Matemática: Volume único.** São Paulo: Editora Atual, 2010.

PAIVA, M. **Matemática.** São Paulo: Editora Moderna. Coleção Base, Vol. Único, 2003.

ANEXO IV

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC

CONCURSO EDITAL Nº _____

CENTRO _____ - _____

ÁREA DE CONCURSO: _____

I. Informações Gerais

1.1. Nome do(a) Candidato(a) _____

1.2. Tema Sorteado _____

1.3. Duração da Prova _____

Início:

Término:

Duração: _____ minutos.

1.4. Data da Prova _____

1.5. Nome do(a) Avaliador(a) _____

1.6. Plano de Aula – (Valor 0 a 10 pt) – 10%

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Clareza nos objetivos da aula	2	1,6	1,4	1	0,6	0
Coerência entre o tema, objetivos e conteúdos	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Coerência entre os objetivos e procedimentos de ensino	2	1,6	1,4	1	0,6	0
Recursos didáticos	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Bibliografia atualizada	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Procedimentos de avaliação	1	0,8	0,7	0,5	0,3	0
Coerência entre os componentes do plano de aula.	2	1,6	1,4	1	0,6	0

II. Aula

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Apresentação do tema, objetivos e conteúdos da aula	7	6	5	3	1	0
Coerência entre plano e desenvolvimento da aula no tempo proposto	7	6	5	3	1	0
Seqüência lógica e clara	8	7	6	4	2	0
Profundidade na abordagem dos conteúdos	8	7	6	4	2	0
Fundamentação teórico-metodológica	7	6	5	3	1	0
Destaca pontos polêmicos ou idéias divergentes sobre os conteúdos da aula	8	7	6	4	2	0
Uso de linguagem técnica	7	6	5	3	1	0
Formulação correta das análises, deduções e inferências	7	6	5	3	1	0
Síntese ou conclusão das idéias principais do tema da aula	8	7	6	4	2	0
Destaque dos aspectos fundamentais do assunto (coerência com os objetivos propostos)	8	7	6	4	2	0

2.2. Recursos Didáticos – (Valor 0 a 15 pt) – 15%

ASPECTOS AVALIADOS	E	MB	B	R	I	P
Utilização adequada do material didático em termos visuais e de Compreensão na sala de aula	5	4	3	2	1	0
Uso adequado dos recursos didáticos, tendo em vista o tema, objetivos e conteúdos da aula	5	4	3	2	1	0
Possibilita o acesso à informação de todos levando em conta as diferenças em sala de aula	5	4	3	2	1	0

SUB-TOTAIS

E	MB	B	R	I	P

Nota Final da Prova = $\frac{\text{Total}}{10}$ = _____

Considerações do avaliador sobre a prova didática:

Observações:

- I. O não cumprimento do tempo mínimo e máximo estabelecido na Resolução/Reitoria Nº 006/2009, implicará na eliminação automática do candidato.
- II. A prova didática e/ou prática deverá ser gravada em recurso audiovisual.
- III. E = Excelente, MB= Muito Bom, B= Bom, R=Regular, I = Insuficiente, P= Péssimo.
- IV. A não apresentação do plano de aula acarretará em eliminação do candidato.

ANEXO V

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS			
ITEM I: TITULAÇÃO MÁXIMA (pontuação não cumulativa)			
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Doutorado na área	15,00	1	15,00
Doutorado em área afim	10,00	1	10,00
Mestrado na área	7,50	1	7,50
Mestrado em área afim	5,00	1	5,00
Especialização na área	3,00	1	3,00
Especialização em área afim	2,00	1	2,00
Graduação	1,00	1	1,00
Pontuação máxima do item I			15,00
ITEM II : FORMAÇÃO COMPLEMENTAR			
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Pós- Doutorado na área	5,00	1	5,00
Pós-Doutorado em área afim	2,50	1	2,50
Residência (diferentes áreas)	1,00	5	5,00
Aperfeiçoamento/Atualização na área	0,50	10	5,00
Aperfeiçoamento/Atualização em área afim	0,50	10	5,00
Estágio profissional na área (C.H ≥ 60h)	0,50	10	5,00
Pontuação máxima do item II			5,00

Excluindo o Pós-Doutorado todos os subitens serão contabilizados se realizados nos últimos cinco anos.

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

ITEM III: EXPERIÊNCIA NO ENSINO

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples da h/a</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
1. MINISTRAÇÃO DE AULA EM CURSO			
Doutorado	0,05	100	5,00
Mestrado	0,04	100	4,00
Especialização	0,03	100	3,00
Aperfeiçoamento/Atualização	0,02	100	2,00
Graduação	0,02	400	8,00
Ensino Fundamental/Médio	0,01	200	2,00
Limite Máximo de pontuação do subitem III.1			10,00
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
2. ORIENTAÇÃO / CO-ORIENTAÇÃO			
Doutorado	2,40	2	4,80
Mestrado	1,60	3	4,80
Co-orientação Doutorado	2,00	2	4,00
Co-orientação Mestrado	1,40	3	4,20
Especialização	1,30	3	3,90
Graduação TCC/Monografia)	1,20	4	4,80

PET	1,20	4	4,80
Iniciação Científica	1,20	4	4,80
Monitoria	0,60	4	2,40
Limite Máximo de pontuação do subitem III.2			6,00

3. BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO/QUALIFICAÇÃO			
Doutorado	2,00	2	4,00
Mestrado	1,50	2	3,00
Qualificação Doutorado	1,20	4	4,80
Qualificação Mestrado	1,00	3	3,00
Especialização	1,00	3	3,00
Graduação	0,80	4	3,20
Limite Máximo de pontuação do subitem III.3			4,00
Pontuação máxima do item III			20,00

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

ITEM IV: EXPERIÊNCIA NA PESQUISA (últimos 5 anos)

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
1. PESQUISA CONCLUÍDA			
Coordenador / Pesquisador	2,00	2	4,00
Colaborador / Auxiliar	1,00	4	4,00
Limite Máximo de pontuação do subitem IV.1			4,00

2. PUBLICAÇÃO

Na área			
Livro com ISBN - Autor / Coautor	4,00	3	12,00
Livro com ISBN - Organizador	2,00	2	4,00
Capítulo de livro com ISBN	2,00	4	8,00
Prefácio / Apresentação de Livro com ISBN	1,00	4	4,00

Livro sem ISBN - Autor / Coautor	2,00	3	6,00
Artigo em periódico indexado em base internacional	3,20	5	16,00
Artigo em periódico indexado em base nacional	2,00	8	16,00
Artigo em periódico não indexado	1,00	8	8,00
Artigo em revista eletrônica indexada	2,00	8	16,00
Outros trabalhos (jornal, magazine...)	0,50	4	2,00
Trabalho completo em anais de evento	1,50	8	12,00
Resumo expandido em anais de evento	0,70	8	5,60
Resumo simples em anais de evento	0,50	4	2,00

Em área afim			
Livro com ISBN	2,00	2	4,00
Livro com ISBN - Organizador	1,00	1	1,00
Capítulo de livro com ISBN	1,00	2	2,00
Prefácio / Apresentação de Livro com ISBN	0,50	2	1,00

Artigo em periódico indexado em base internacional	1,60	3	4,80
Artigo em periódico indexado em base nacional	1,00	4	4,00
Artigo em periódico não indexado	0,50	4	2,00
Artigo em revista eletrônica indexada	1,00	4	4,00
Outros trabalhos (jornal, magazine...)	0,30	2	0,60
Trabalho completo em anais de evento	0,70	4	2,80

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

ITEM IV: EXPERIÊNCIA NA PESQUISA (continuação)

Resumo expandido em anais de evento	0,40	4	1,60
Resumo simples em anais de evento	0,30	2	0,60
Limite Máximo de pontuação do subitem IV.2			16,00
Pontuação máxima do item IV			20,00

ITEM V: EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO (últimos 5 anos)

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
1. PROJETO CONCLUÍDO			
Coordenador / Pesquisador	2,00	5	10,00
Colaborador / Auxiliar	1,00	10	10,00
Limite Máximo de pontuação do subitem V.1			10,00

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples da h/a</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
2. MINISTRANTE DE CURSO / Mini-curso			
Curso / Mini-Curso na Área	0,02	250	5,00
Curso / Mini-Curso em Área afim	0,01	500	5,00
Limite Máximo de pontuação do subitem V.2			5,00

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS			
ITEM V: EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO (<u>últimos 5 anos</u>) – Cont.			
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
3. PARTICIPAÇÃO EM EVENTO			
Organizador/Coordenador	1,00	5	5,00
Membro da comissão organizadora	0,50	4	2,00
Expositor	0,50	10	5,00
Conferencista	1,00	5	5,00
Coordenador de mesa redonda	0,50	4	2,00
Limite Máximo de pontuação do subitem V.3			5,00
Pontuação máxima do item V			20,00
ITEM VI: ATIVIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA (<u>últimos 5 anos</u>)			
<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Direção de Centro, Faculdade ou Instituto	2,00	5	10,00
Direção de Departamento ou Coordenação de Curso	1,00	10	10,00

Coordenador de Núcleo de Área	1,00	10	10,00
Membro de Conselho e/ou Colegiado de Curso	0,50	20	10,00
Membro de Comissão Permanente	1,00	10	10,00
Tutoria de Grupos PET	1,00	10	10,00
Participação de Conselho Editorial de Revista Científica como Editor	1,00	10	10,00

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

ITEM VI: ATIVIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA (últimos 5 anos)- Continuação.

Discriminação	Valor Simples	Quantidade Máxima	Limite Superior
Participação de Conselho Editorial de Revista Científica como Membro	0,50	20	10,00
Participação em Banca de Seleção para docente efetivo	0,8	10	8,00
Participação em Banca de Seleção para docente temporário	0,6	10	6,00
Curador de coleções Científicas	1	10	10,00
Participação em Banca de Seleção para Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu	0,06	2	0,12
Direção de Instituição de Educação Básica	1	10	10,00
Membro de Comissão/Conselho Técnico e Científico	0,5	20	10,00
Pontuação máxima do item VI			10,00

ITEM VII: PRODUÇÃO TÉCNICA E/OU TECNOLÓGICA

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Patente registrada	2,00	5	10,00
Confecção de aerofotograma, mapa e maquete	0,50	20	10,00
Construção de protótipo, equipamento e instrumento	1,00	10	10,00
Produção de software/vídeo técnico-científico (certificado)	1,00	10	10,00

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**ITEM VII: PRODUÇÃO TÉCNICA E/OU TECNOLÓGICA – Continuação.**

<i>Discriminação</i>	<i>Valor Simples</i>	<i>Quantidade Máxima</i>	<i>Limite Superior</i>
Construção de site educacional	0,50	20	10,00
Elaboração material didático	0,50	20	10,00
Elaboração de banco de dado divulgado, catalogado e publicado	1,00	10	10,00
Consultoria técnica	0,50	20	10,00
Parecer técnico	0,50	20	10,00
Relatório técnico	0,50	20	10,00
Webmaster	0,50	20	10,00
Tv / Rádio Universitária	0,50	20	10,00
Pontuação máxima do item VII			10,00
PONTUAÇÃO TOTAL DA TABELA (Itens I a VII)			100,00

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

**ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS
(ÁREAS: ARTES CÊNICAS E MÚSICA)**

Discriminação	Valor Simples	Quantidade Máxima	Limite Superior
Participação em exposição e apresentação artística nacional (individual/camerista)	1,00	10	10,00
Participação em exposição e apresentação artística internacional (individual/camerista)	2,00	5	10,00
Participação em exposição e apresentação artística local (individual ou coletiva)	0,50	20	10,00
Participação em exposição e apresentação artística nacional (coletiva)	1,00	10	10,00
Participação em exposição e apresentação artística internacional (coletiva)	1,00	10	10,00
Participação artística premiada em evento local	1,00	10	10,00
Participação artística premiada em evento nacional ou internacional	2,00	5	10,00
Autoria de arranjo musical apresentado em concerto e/ou gravado em CD/DVD	2,00	5	10,00
Autoria de obra gravada em CD/DVD	1,00	10	10,00
Direção musical, regência ou apresentação como solista em concerto internacional	2,00	5	10,00

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS (continuação)

Discriminação	Valor Simples	Quantidade Máxima	Limite Superior
Direção musical, regência ou apresentação como solista em concerto regional / nacional	1,00	10	10,00
Participação como intérprete (solista) em gravação de CD/DVD	1,00	10	10,00
Participação como intérprete (músico de conjunto) em gravação de CD/DVD	0,50	20	10,00
Participação em evento artístico-cultural como conferencista e/ou artista convidado	2,00	5	10,00
Trabalho técnico e artístico especializado em cinema	1,00	10	10,00
Participação em obra e produção artística amadora ou profissional de reconhecido mérito como:	-	-	-
Encenador/diretor teatral	2,00	5	10,00
Ator	2,00	5	10,00
Produtor	2,00	5	10,00
Dramaturgo	2,00	5	10,00
Coreógrafo	2,00	5	10,00
Cenógrafo	2,00	5	10,00
Iluminador	2,00	5	10,00
Figurinista	2,00	5	10,00
Dançarino	1,00	10	10,00

Dramaturgista	1,00	10	10,00
Maquiador	1,00	10	10,00

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

ITEM VIII: ATIVIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS (continuação)

Discriminação	Valor Simples	Quantidade Máxima	Limite Superior
Diretor de cena (técnico)	1,00	10	10,00
Participação como artista plástico em exposição individual	2,00	5	10,00
Participação como artista plástico em exposição coletiva	1,00	10	10,00
Curadoria de exposição artística ou evento literário	1,00	10	10,00
Design de exposição artística	1,00	10	10,00
Coordenador de Projeto Artístico, Cultural ou de Pesquisa financiado através de edital público	2,00	5	10,00
Pontuação máxima do item VIII			10,00
PONTUAÇÃO TOTAL DA TABELA COM O ÍTEM VIII			110,00